



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CNPJ/MF 83.878.892/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ÍNDICE

Relatório Anual da Administração.....	02
Balancos Patrimoniais.....	16
Demonstração dos Resultados	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	19
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.....	20
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	21
Parecer dos Auditores Independentes.....	54
Parecer do Conselho Fiscal.....	56

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

É com satisfação que apresentamos o Relatório Anual da Administração da Celesc, juntamente com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social de 2002, elaboradas de acordo com a legislação societária e o parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria Executiva sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Ambiente Econômico

O ano de 2002 foi marcado pela instabilidade da economia brasileira. Os principais reflexos foram a instabilidade no cenário internacional, apresentado com muita apreensão, devido à perspectiva de guerra entre os Estados Unidos e o Iraque, e a grandes dificuldades da economia interna inerentes a um período eleitoral.

O lado positivo da situação econômica provém da balança de pagamentos. A melhora na conta comercial, decorrente da expansão das exportações (em parte impulsionadas pela desvalorização cambial) e da queda das importações (fruto do baixo crescimento econômico e da substituição de produtos importados, principalmente de bens intermediários) traz um alento à indústria.

O nível de atividade econômica deprimiu-se principalmente nos três primeiros trimestres do ano. A partir de setembro, a economia brasileira passou a mostrar tendência de recuperação do movimento varejista e a atividade industrial retomou o crescimento. No trimestre encerrado em setembro, houve uma trajetória de suave recuperação da produção industrial, presente em todas as categorias de uso, exceto na de bens de capital.

Em Santa Catarina, os gêneros da indústria que se destacam em 2002 são mecânica e fumo, que apresentam maior produção em relação ao ano anterior e superior à média nacional.

Os dados de emprego na indústria catarinense mostram que o ritmo de atividade em 2002 está menos intenso que em 2001. Neste ano, foram criados 5.694 empregos a mais nas indústrias pesquisadas, equivalendo a um acréscimo de 3,10% no contingente de mão-de-obra de janeiro a setembro. Em igual período de 2001 foram verificados mais 7.141 empregos no parque fabril catarinense. Na indústria alimentar, devido ao aumento na produção e nas vendas industriais, registrou-se mais 2.845 vagas, e na madeireira, 1.617. O segmento têxtil, ao contrário, dispensou 3,87% de seu quadro de pessoal.

Modelo de Organização Societária e Gestão Compartilhada

O ano de 2002 foi especialmente importante para a Companhia pela consolidação do processo de reestruturação do modelo de gestão da Companhia, iniciado no primeiro semestre de 2001, que teve como objetivo básico transformá-la em modelo de empresa pública para todo o País. Uma gestão

compartilhada e profissional, que reúne as melhores práticas privadas e estatais, capaz de enfrentar os desafios de um ambiente competitivo, manter a qualidade dos serviços e a saúde financeira da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia foi adaptado para comportar as mudanças do modelo de gestão. Uma evolução e uma conquista importante foi a adoção das regras de Governança Corporativa - Nível II da Bovespa. O selo é dado às Companhias que se comprometem em garantir tratamento igualitário aos acionistas em assuntos específicos. Primeira Companhia brasileira do setor elétrico a receber a certificação da Bovespa.

A nova estrutura da Companhia prevê a criação de empresas de geração e telecomunicações. Ambas serão subsidiárias da holding, que no primeiro momento ficará encarregada da distribuição de energia - no futuro haverá uma terceira subsidiária especializada em distribuição. A holding terá o papel de planejar e controlar suas atividades, atuar no mercado de capitais e fomentar ambientes para novos negócios.

A gestão compartilhada, o modelo adotado pela Companhia e as práticas de gestão precisam garantir meios de democratização do processo decisório. Isso ocorre pela criação de instâncias de representação dos diversos agentes envolvidos no dia-a-dia da Companhia. Também é fundamental a adoção de valores comuns a todos, tais como a divisão de responsabilidades e o compromisso com a obtenção de resultados. Para assegurar essa participação, foram criados os Comitês e as Comissões de Gestão, os Grupos de Trabalho e as Consultorias Internas.

Em 14 de junho de 2002, o Governo do Estado deu o passo definitivo para compartilhar o poder de decisão sobre as principais questões da Companhia, assinando o Acordo de Acionista, que estabelece regras de gestão que deverão conter metas de desempenho, desenvolvimento de novas tecnologias, qualidade dos serviços e políticas de valorização dos recursos humanos. A participação dos acionistas minoritários aumenta, pois as partes e os conselheiros indicados por estes se comprometem a votar em bloco sobre determinados temas nas Assembléias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração. O Conselho de Administração era formado por 11 membros, agora é formado por 13 membros. O Governo do Estado continua com seis representantes. Os outros sete representam consumidores (três), minoritários (três) e empregados (um).

Este novo conceito de gestão fica explícito no relacionamento com nossos empregados, com a distribuição de renda gerada com o processo de participação nos resultados; com comitês, comissões de gestão, grupos de trabalho e consultorias internas, que participam do processo decisório, buscando adoção de valores comuns a todos, tais como a divisão de responsabilidades e compromisso com a obtenção de resultados; com os investidores

Modelo de Organização Societária e Gestão Compartilhada -- continuação

que preferem aplicar seus recursos em companhias que conduzam os negócios com transparência e credibilidade; e com nossos clientes, que buscam a satisfação, mediante excelência dos nossos serviços.

Todas essas ações são de extrema importância e possuem grande conteúdo de uma boa Governança Corporativa para o desenvolvimento da Companhia e da sociedade. São provas de que

estamos trabalhando para melhorar ainda mais a qualidade de vida dos catarinenses, ao mesmo tempo em que atingimos excelentes resultados para os nossos acionistas.

Em consonância com as boas práticas de governança corporativa e conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que o auditor independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionadas à atividades de auditoria externa.

Desempenho Premiado

O bom desempenho operacional da Companhia, no exercício de 2002, foi confirmado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, que conferiu o Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC 2002, em reconhecimento à melhor Distribuidora da categoria sul (acima de 400 mil consumidores residenciais) e a melhor entre as grande Companhias do País, na avaliação do consumidor.

O resultado da Companhia em 2002 (73,45 pontos) foi maior que a média de satisfação registrada entre consumidores das Companhias que atendem o Sul do País (69,25 pontos) e o maior entre as Companhias de grande porte do Setor Elétrico.

Mesmo diante do fato de que o setor elétrico nacional passa por crises, indefinições regulatórias e com possibilidade de revisões no próprio modelo do setor elétrico, a Companhia continua sendo apontada pelos analistas de mercado como uma exceção à regra. A Celesc é considerada uma Companhia especializada, boa operacionalmente, e possui excelentes fundamentos. Além disso, não sofreu com o racionamento em 2001 e não tem grande dívida, tendo um baixo índice de endividamento.

Desempenho Operacional

A Companhia termina o exercício de 2002 com mais equilíbrio na sua estrutura patrimonial, seus índices econômico-financeiros indicam boa capacidade para participação em investimentos com recursos próprios e excelentes oportunidades de crescimento mediante novos negócios.

Desempenho Operacional -- continuação

Neste exercício tivemos importantes conquistas que se reverterão em melhores resultados para a Companhia e também em benefícios para a sociedade catarinense, para os nossos acionistas e colaboradores. Entre elas, podemos destacar a federalização do débito que o Governo do Estado tinha com a Companhia, sendo injetados R\$497,1 milhões no caixa. Isso permitiu o pagamento de R\$607,3 milhões em dívidas, parte delas com recursos próprios obtidos com maior controle da gestão financeira. Com isso, a Companhia recuperou sua margem operacional líquida e a credibilidade, saltando do 46º para o 1º lugar em liquidez entre as Companhias do Setor Elétrico, segundo a Abradee.

Mercado de Energia Elétrica

O montante de energia faturado pela Companhia em 2002 foi de 12.875GWh, sendo 3,6% superior ao registrado no ano de 2001, que foi de 12.425 GWh, sendo considerado um ano de baixo consumo, demonstrando, assim, uma lenta recuperação. Se comparamos ao mercado Brasileiro que cresceu apenas 2,5% em relação ao ano de 2001, a Companhia mais uma vez situou-se acima das taxas médias de crescimento do País.

A classe industrial mais uma vez corroborou para a “performance” do mercado, apresentando taxas de crescimento de 5,9% em relação a 2001, também superiores às taxas praticadas no País, que foi de 4,2%. Da mesma forma, a classe comercial (estabelecimentos de comércio, prestação de serviços, transporte, comunicações e telecomunicações dentre outros) apresentou a expressiva taxa de crescimento de 5,4% em relação a 2001, muito superior à taxa de 1,8% registrada no País em 2002. Já a classe residencial praticamente manteve o seu consumo apresentando uma lenta recuperação crescendo apenas 1% em relação ao ano de 2001, apesar de apresentar um crescimento de 3,4% no número de consumidores em relação a 2001. Isto justifica-se pela incorporação das mudanças de hábitos de nossos consumidores mesmo após o fim do racionamento de energia que vigorou até março de 2002.

Mercado Acionário

O índice Bovespa, que mede o desempenho das Companhias no mercado acionário, fechou o ano com variação negativa de 17%. Na mesma trajetória da instabilidade do pleito sucessório, da possibilidade de um confronto entre os Estados Unidos e o Iraque, e da própria indefinição do Setor Elétrico, que vem afastando os investidores, o Índice das Empresas de Energia Elétrica também recuou na ordem de 27,43%.

Mercado Acionário -- continuação

Já as ações da Companhia descolaram do cenário negativo, valorizando 17,39%, ocasionado principalmente pela aprovação e implantação do novo modelo de gestão; pelo ingresso nas regras de Governança Corporativa, implantado pela Bovespa, mediante adesão na categoria Nível II, que trará ainda mais transparência e respeito aos direitos dos acionistas minoritários; e pela assinatura da federalização da dívida junto ao Governo Federal, por meio do BNDES, referente à antiga conta de resultado a compensar - CRC, que provocou a liquidação antecipada das dívidas junto aos credores externos, junto aos órgãos do Governo Federal e parte das dívidas junto à Fundação Celos e à Eletrobrás, dando novo fôlego no caixa da Companhia.

Balanco Energético

O montante de energia requerida pelo sistema da Companhia no ano de 2002 foi de 14.309GWh, dos quais 420GWh (3%) foram produzidos pelas usinas próprias, e o restante, por terceiros.

A Tractebel continua sendo a maior supridora de energia, representando cerca de 72% do volume total de energia adquirida. O montante adquirido compulsoriamente de Itaipu representa 21% da energia comprada. A Copel e outros agentes de mercado complementam as necessidades do sistema da Companhia.

As perdas durante o ano de 2002, incluindo as perdas técnicas e comerciais, atingiram 1.106GWh, equivalentes a 7,7% do total de energia requerida, praticamente o mesmo percentual do ano anterior, mantendo-se, assim, como um dos melhores índices do setor em todo o País.

Indicadores de Qualidade e Produtividade

Inovações tecnológicas tais como: instalação de pára-raios poliméricos, isoladores pilar, construção de redes compactas, redes subterrâneas; aumento das turmas de manutenção de redes, melhoria e divisões de circuitos, colocação de espaçadores nas redes de baixa tensão, melhoria no processo de gerência e conserto de equipamentos, entre outras medidas, permitiram a redução do Índice de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidores - DEC, que passou de 20,90 horas em 2001 para 20,19 horas no final de 2002, obtendo uma redução de 3,3%. É destacada uma redução, também, na ordem de 3,4%, no Índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - FEC, de 27,30 em 2001, reduzindo para 16,71 em 2002.

Indicadores de Qualidade e Produtividade -- continuação

Os indicadores de produtividade foram impactados positivamente pelo crescimento do volume de energia vendida e pelo crescimento do número de unidades consumidoras. Por outro lado, a Companhia conseguiu atender esse crescimento com redução do seu quadro de pessoal de 4.265 empregados ao final de 2001 para 4.227 empregados ao final do exercício de 2002 (redução de 0,89%). Dessa forma, os indicadores de produtividade apresentaram uma evolução positiva: o número de consumidores por empregado, que era de 416 em dezembro de 2001, passou para 433 em dezembro de 2002. A energia vendida por empregado de 2.962MWh em 2001, passou para 3.123 MWh no final do exercício de 2002.

Investimentos

A Companhia implementou um programa de investimentos em 2002 da ordem de R\$111,6 milhões contra R\$123,8 milhões investidos no exercício anterior, o que representa um decréscimo de 9,8%.

Para melhorar e ampliar o sistema de distribuição, a Companhia investiu cerca de R\$100,4 milhões. O objetivo é melhorar constantemente a qualidade da energia, além de garantir a continuidade do fornecimento. No total foram instalados 1.417km de redes, além de 1.676 novos transformadores. O sistema recebeu ainda 14 religadores. Foram instalados 8.546 postes.

Em instalações gerais foram investidos R\$9,3 milhões, compreendendo a compra de veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios, entre outros.

Para melhorar o parque de geração das nossas Pequenas Centrais Hidrelétricas, foram investidos R\$1,9 milhão.

Além dos investimentos aplicados no ativo permanente, ocorreram investimentos da ordem de R\$11,5 milhões em projetos de geração, linhas de transmissão e outros, nos quais a Companhia mantém participação nos investimentos como consorciada, com destaque para a Usina Hidrelétrica Dona Francisca Energética S.A., no valor de R\$4,1 milhões, e Usina Campos Novos Energia S.A., no valor de R\$3 milhões, bem como na Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (Linha de Transmissão 525kV Campos Novos - Blumenau) no valor de R\$1,3 milhão.

Captação de Recursos

Durante o ano, houve ingresso de recursos da ordem de R\$55,4 milhões oriundos do BNDES para quitação da dívida junto ao MAE (R\$42,2 milhões), da Eletrobrás para aplicação no Programa de Eletrificação Rural - Luz no Campo, em que foram investidos R\$8,7 milhões, e aos Convênios com Órgãos Estaduais, destinados à Construção de Redes Subterrâneas (Blumenau e Laguna) e a iluminação pública (Serras Rio do Rastro e Dona Francisca), no valor total de R\$4,5 milhões.

Evolução Tarifária

Em 2002 a tarifa média de fornecimento praticada pela Companhia atingiu o valor de R\$140,46/MWh, 17,8% superior ao da tarifa média registrada em 2001 que foi de R\$119,20/MWh. Esse crescimento decorreu, principalmente, do reajuste de 14,89% concedido à Companhia em 07 de agosto de 2002, aliado ao crescimento de 3,6% do seu mercado consumidor.

Já a tarifa média de suprimento (que inclui a geração e transmissão de energia) registrou, no final de 2002, o valor de R\$66,02/MWh, representando um incremento de 14,2% sobre a tarifa média de R\$57,82/MWh verificada em 2001.

Tal evolução no custo da energia comprada refletiu, principalmente, no reajuste médio de 15,62% da energia adquirida da Tractebel e na variação cambial da parcela suprida pela Itaipu Binacional. A margem de comercialização, definida como a diferença percentual entre a tarifa média de suprimento e a tarifa média de fornecimento, situou-se em 53,0% em 2002, contra 51,5% em 2001.

Resultado do Exercício

A Companhia encerrou o exercício social de 2002 com prejuízo líquido de R\$290,6 milhões. Este resultado negativo foi substancialmente afetado pelo provisionamento de R\$389,3 milhões contabilizados na despesa de pessoal referente ao Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI, reconhecido contabilmente em dezembro de 2002. Este prejuízo líquido foi superior em 226,9%, se comparado ao ano anterior (prejuízo de R\$88,9 milhões). Com isso a Rentabilidade apresentou uma variação negativa de 0,46% sobre o patrimônio líquido declarado em 31 de dezembro de 2002 e margem líquida negativa de 0,17% sobre a receita operacional líquida. No ano anterior, esses mesmos índices eram positivos na ordem de 4,5% e 3,1% respectivamente. O prejuízo por lote de mil ações em 2002 foi de R\$ 376,70, enquanto o prejuízo de 2001 foi de R\$115,24.

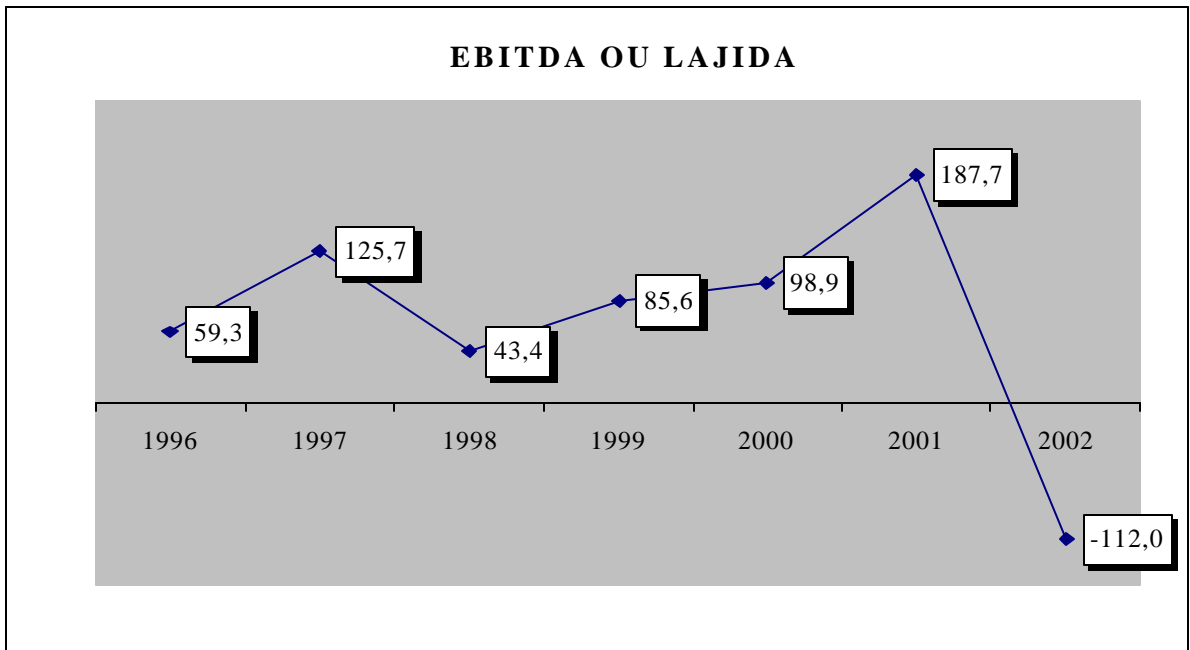
Resultado do Exercício -- continuação

A receita operacional líquida de 2002 atingiu R\$1.747,8 milhões, superando em 21,2% o montante de 2001 (R\$1.442 milhões). O crescimento deveu-se aos aumentos tarifários concedidos pela Aneel em agosto de 2002 e à expansão de 3,6% no mercado de fornecimento de energia elétrica.

O resultado do serviço apresentou valor negativo de R\$190,3 milhões, representando uma redução de 169,4% quando comparado ao resultado positivo de R\$112 milhões obtidos em 2001. Este resultado deveu-se também ao reflexo do provisionamento do PDVI na despesa operacional.

EBITDA

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu valor negativo de R\$112 milhões, inferior em 159,7% em relação a 2001, que foi de R\$187,7 milhões. A evolução está demonstrada a seguir:



Recursos Humanos

- **Formação e Capacitação**

O Programa de Treinamento da Companhia resultou em 77.417 homens/horas de treinamento, em cursos de formação regular, na capacitação em temas específicos e outros.

A educação formal também recebe apoio institucional, na edição de 2002, continuando o projeto de Ensino Médio e Fundamental, lançado no segundo semestre de 2001, com participação de 150 alunos em 10 Agências Regionais. Instalados em telessalas ou estudando os módulos didáticos em casa, os alunos saem da rotina do trabalho para encarar a conquista do aprendizado e o avanço na escolaridade.

O Programa Luzes para Juventude foi uma experiência promissora lançada na Administração Central da Companhia, com a criação de oficinas educativas centradas no presente e no futuro dos office-boys e office-girls, preparando-os para atuar no mercado de trabalho, treinando os jovens na área de informática.

- **Tratamento a dependentes**

A Companhia consolidou o Programa de Prevenção e Tratamento das Adicções - PPTA. Um programa empresarial de saúde ocupacional destinado a prevenção, recuperação e tratamento dos dependentes químicos na condição de empregados, estendido para os familiares, aposentados e pensionistas. Em 2002, foram atendidos 489 participantes em todo o Estado. Para tanto, mantém um plano de participação financeira nas despesas com psicoterapias, Grupo de Ajuda Mútua - GAM, e equipes, internações, dentre outras, no valor total de R\$112,5 mil.

Balanço Social

O quadro abaixo apresenta, de forma detalhada, as contribuições sociais realizadas pela Companhia nos exercícios de 2002 e 2001, objetivando cumprir sua missão de garantir energia e serviços para o desenvolvimento sócio-econômico e qualidade de vida.

	2002		2001 (reclassificado)	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
1. Base de Cálculo				
1.1. Faturamento Bruto	2.433.181	100,0	1.944.594	100,0
1.2. Resultado Operacional	(388.061)	(15,9)	71.421	3,7
1.3. Lucro Líquido (Prejuízo)	(290.595)	(11,9)	(88.900)	(4,57)
1.4. Folha de Pagamento Bruta	651.533	26,8	216.020	11,1
2. Indicadores Laborais				
2.1. Alimentação	6.795	0,3	7.527	0,4
2.2. Encargos Sociais Compulsórios	57.044	2,3	52.443	2,7
2.3. Previdência Social Privada	53.862	2,2	25.868	1,3
2.4. Saúde	20.385	0,8	4.912	0,3
2.5. Educação e Treinamento	4.814	0,2	3.281	0,2
2.6. Participação dos Trabalhadores nos Resultados	-	-	6.755	0,3
2.7. Outros Benefícios	3.469	0,2	3.565	0,2
	146.369	6,0	104.351	5,4
3. Indicadores Sociais				

3.1. Impostos e Contribuições (excluídos encargos sociais)	605.342	24,9	490.803	25,2
3.2. Contribuições para a Comunidade	4.088	0,2	3.798	0,2
	609.430	25,1	494.601	25,4
4. Indicadores do Corpo Funcional				
4.1. N.º de empregados ao final do período	4.227		4.265	
4.2. N.º de admissões durante o período	6		9	
4.3. N.º de demissões durante o período	179		176	
4.4. N.º de mulheres que trabalham na Companhia	709		713	
4.5. % de cargos de chefia ocupados por mulher	17%		18%	
5. Investimentos Sociais				
5.1. Programa Luz no Campo				
• Investimento do Governo do Estado de Santa Catarina	4.539		6.000	
• Investimento da Concessionária	8.098		19.937	
	<u>12.637</u>		<u>25.937</u>	
5.2. Programa de eficiência energética	2.170		6.460	
	<u>14.807</u>		<u>32.397</u>	

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Informação Complementar
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(valores expressos em milhares de reais)

	2002	2001 Reclassificado
	<u> </u>	<u> </u>
Receitas		
Receita Operacional Bruta	2.433.181	1.944.594
Resultado Não Operacional	(43.482)	(197.236)
	<u>2.389.699</u>	<u>1.747.358</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(906.642)	(773.865)
Serviços de Terceiros	(76.488)	(69.688)
Materiais	(18.907)	(18.558)
Outras Despesas	(133.379)	(81.929)
	<u>(1.135.416)</u>	<u>(944.040)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>1.254.283</u>	<u>803.318</u>
Depreciação e Amortização	(78.302)	(75.291)
Valor Adicionado Líquido	<u>1.175.981</u>	<u>728.027</u>

Receitas Financeiras	177.342	182.042
Valor Adicionado a Distribuir	1.353.323	910.069
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	614.567	183.180
Governo	654.250	592.800
Despesas Financeiras (Capital de Terceiros)	375.101	222.989
Prejuízos do Período	(290.595)	(88.900)
	1.353.323	910.069

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Informação Complementar
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(valores expressos em milhares de reais)

	2002	2001
Prejuízo do Exercício	(290.595)	(88.900)
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	78.302	75.291
Custo das Baixas do Ativo Permanente	19.304	25.543
Provisão para Desvalorização CRC e Investimentos Temporários	45.290	203.357
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.914	6.109
Provisão para Contingências	75.581	34.612
Benefício Pós-Emprego	389.297	-
IR e CS diferidos	(134.288)	(73.976)
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	198.119	50.873
	400.924	232.909
Variações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Consumidores e Revendedores	(90.014)	(74.177)
Títulos a Receber	(6.462)	(9.850)
Impostos a Recuperar	(3.416)	(2.005)

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	(67.345)	(100.291)
Depósitos Judiciais	17.558	8.397
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	505.739	-
Outras Contas a Receber	(20.179)	121
Despesas Antecipadas	(10.324)	-
Outras	(5.579)	8.001
	319.978	(169.804)
Variações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	23.199	106.194
Encargos do Consumidor	(24.751)	24.018
Tributos e Contribuições - Refis	(115.214)	(7.736)
Obrigações Fiscais	(72.647)	30.306
Obrigações Estimadas + Salários e Encargos Sociais	7.442	4.248
Benefício Pós-Emprego	(35.696)	6.718
Provisão para Contingências	(32.959)	(45.461)
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	9.693	-
Outras	(7.327)	12.732
	(248.260)	131.019
Atividades de Investimentos		
Investimentos Temporários	(4.168)	(15.361)
Investimentos	(11.457)	(8.390)
Imobilizado	(111.612)	(123.823)
Obrigações Especiais	22.576	(11.428)
	(104.661)	(159.002)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos - Líquido	(269.727)	(45.814)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	6.041
Debêntures	(45.079)	-
Dividendos	(89)	(1.011)
	(314.895)	(40.784)
Total dos Efeitos de Caixa	53.086	(5.662)
Saldo Inicial	27.834	33.496
Saldo Final	80.920	27.834
Variação no Caixa	53.086	(5.662)

Perspectivas

O ano de 2002 foi especial para a Companhia, notadamente pela efetivação da federalização do débito que o Governo tinha com a Companhia, quando foram viabilizados R\$497,1 milhões. Isso permitiu o pagamento de significativo volume de dívidas de curto e longo prazo, com destaque às dívidas em moeda estrangeira, o que proporcionou uma redução no endividamento e a melhora sensível do perfil de sua dívida.

A Companhia termina 2002 com alguma possibilidade de geração de caixa, podendo viabilizar alguns investimentos inadiáveis e fundamentais para o desenvolvimento de suas atividades, principalmente aqueles involuntariamente adiados. Além disso, poderá aproveitar algumas oportunidades de crescimento mediante novos negócios. Alguns parâmetros de desempenho empresarial já indicam melhorias da saúde financeira da Companhia.

O consumo de energia elétrica na área de concessão da Companhia pós-acionamento vem recuperando-se gradativamente, registrando taxas superiores às praticadas no País. Isto demonstra que o Estado de Santa Catarina vem consolidando-se como excelente oportunidade de negócios dos mais variados ramos de atividades.

A decisão estratégica de antecipar-se ao cenário competitivo, ampliando a capacidade de geração, deverá ser concretizada pela participação em novos empreendimentos de geração, especialmente em pequenas centrais hidrelétricas - PCH, cujo potencial Santa Catarina dispõe para exploração.

Além disso, o novo modelo de gestão já em implantação na Companhia deverá apresentar resultados favoráveis a curto e médio prazo, através de diversas ações que estamos empreendendo, principalmente no que se refere à redução de custos e priorização de investimentos.

A redução gradual do quadro de pessoal em cerca de 40% prevista para os próximos quatro anos, objeto da adesão ao Programa de Demissão Voluntária Incentivada, implantado a partir de dezembro de 2002, irá proporcionar uma renovação e oxigenação no quadro de pessoal da Companhia, necessária para enfrentar a competitividade exigida no setor.

Os últimos prêmios recebidos em âmbito nacional, e em especial o Índice Aneel de Satisfação dos Clientes - IASC, que premiou a Companhia como a melhor na área de satisfação dos seus clientes, tem sido reflexo dos esforços empreendidos, o que exigirá ainda mais esforços para mantermos o nome da Companhia na vanguarda do atendimento aos clientes.

Perspectivas -- continuação

O novo modelo de gestão em implantação deverá apresentar algumas vantagens competitivas à Companhia, destacando-se o fato de ter sido a primeira Companhia do Setor Elétrico Brasileiro a aderir ao Nível II de Governança Corporativa. Com a efetiva implantação do novo modelo, a Companhia dará ênfase à satisfação dos seus clientes. Acionistas, empregados e sociedade ganham com o fortalecimento da Companhia, que tem função social e compromisso com toda a sociedade catarinense.

Satisfazer os acionistas é outro foco de atenção, cujo objetivo maior é a maximização de seus investimentos, com uma ferramenta inovadora que é a adoção do Contrato de Gestão de Resultados. Satisfação dos empregados inclui a capacitação, remuneração justa, respeito aos seus direitos e valorização de seus talentos. Satisfazer o consumidor é estar atento às suas demandas, abrir-se ao diálogo, cumprir prazos.

Todas essas ações são de extrema importância e possuem grande conteúdo para a melhoria das boas práticas de Governança Corporativa, cada vez mais necessárias para o desenvolvimento da Companhia e da sociedade em geral.

Tudo isso são provas de que estamos trabalhando para melhorar ainda mais a qualidade de vida dos consumidores e a busca incansável da excelência dos nossos serviços.

Agradecimentos

Em nome da Diretoria, dirigimos os nossos agradecimentos aos Senhores Acionistas, pela confiança depositada na atual Administração, aos nossos empregados, pela dedicação e competência com que conduziram mais uma jornada na construção do futuro empresarial, aos nossos parceiros, clientes e fornecedores, pelo entendimento em momentos de dificuldades, e ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, autoridades estaduais, federais e municipais, pelo apoio recebido e pela colaboração prestada.

Florianópolis, abril de 2003.

A ADMINISTRAÇÃO

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro

(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	2002	2001
		Reclassificado
Circulante		
Disponibilidades	80.920	27.834
Consumidores e Revendedores (Nota 4)	404.896	314.882
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.073)	(27.159)
Títulos a Receber (Nota 5)	48.604	41.214
Impostos a Recuperar	19.108	15.692
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina, líquidas (Nota 6)	-	458.669
Outras Contas a Receber	46.849	26.670
Almoxarifado	11.393	10.363
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 7)	15.260	45.127
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 8)	-	65.987
Despesas Pagas Antecipadamente	10.324	-
	590.281	979.279
Realizável a Longo Prazo		
Títulos a Receber (Nota 5)	13.302	14.230
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina (Nota 6)	39.995	37.173
Depósitos Judiciais	14.616	32.174
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 7)	170.235	63.178
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 8)	343.805	209.517
Investimentos Temporários (Nota 9)	93.717	116.813
Impostos a Recuperar	10.253	2.985

Outros Créditos	8.458	11.177
	694.381	487.247
Permanente		
Investimentos (Nota 10)	91.305	64.890
Imobilizado (Nota 11)	1.253.163	1.238.212
Diferido	-	459
	1.344.468	1.303.561
TOTAL DO ATIVO	2.629.130	2.770.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro

(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO

	2002	2001
		Reclassificado
Circulante		
Fornecedores (Nota 12)	351.819	328.620
Salários e Encargos Sociais	7.913	6.800
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	-	49.362
Encargos de Dívidas (Nota 13)	2.819	3.711
Encargos do Consumidor	9.685	34.436
Tributos e Contribuições Sociais	59.761	60.716
Programa Refis (Nota 30)	-	27.855
Debêntures (Nota 15)	-	14.204
Obrigações Estimadas (Nota 14)	49.807	43.478
Dividendos a Pagar	3	92
Benefício Pós-Emprego (Nota 22)	25.556	68.713
Participação nos Resultados	-	1.997
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 7)	907	-
Outras Contas a Pagar	35.152	19.313
	543.422	659.297
Exigível a Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	44.166	151.425
Debêntures (Nota 15)	-	30.875
Provisão para Contingências (Nota 16)	120.057	77.435
Obrigações Fiscais (Nota 17)	44.925	117.572
Programa Refis (Nota 30)	-	78.886
Benefício Pós-Emprego (Nota 22)	1.016.083	523.749
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Nota 7)	11.089	-
Outras Contas a Pagar	2.639	19.078
	1.238.959	999.020
Obrigações Especiais	209.162	186.586
	1.448.121	1.185.606
Patrimônio Líquido (Nota 18)		
Capital Social	696.200	696.200
Reservas de Capital	-	217.998
Prejuízos Acumulados	(69.599)	-
	626.601	914.198
Recursos Destinados a Aumento de Capital	10.986	10.986
	637.587	925.184
TOTAL DO PASSIVO	2.629.130	2.770.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(valores expressos em milhares de reais)

	2002	2001 Reclassificado
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (Nota 19)	2.303.786	1.903.576
Suprimento de Energia Elétrica (Nota 19)	18.289	12.862
Encargo de Capacidade Emergencial	69.399	-
Outras Receitas	41.707	28.156
	2.433.181	1.944.594
Deduções da Receita Operacional		
Reserva Global de Reversão - RGR	(28.510)	(19.461)
Encargo de Capacidade Emergencial	(52.782)	-
ISS	(26)	-
ICMS sobre Energia Elétrica	(512.875)	(412.154)
Cofins e Pasep	(91.125)	(70.978)
	(685.318)	(502.593)
Receita Operacional Líquida	1.747.863	1.442.001
Despesas Operacionais		
Energia Elétrica Comprada para Revenda (Nota 19.1)	(906.642)	(773.865)
Pessoal	(651.533)	(216.020)
Material	(18.907)	(18.558)
Serviço de Terceiros	(76.488)	(69.688)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(72.914)	(87.544)
Depreciação e Amortização	(78.302)	(75.291)
Provisão para Contingências	(75.581)	(34.612)
Outras	(57.798)	(54.055)
	(1.938.165)	(1.329.633)
Resultado do Serviço	(190.302)	112.368
Receitas (Despesas) Financeiras		
Juros sobre Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	36.681	42.481
Variações Monetárias sobre Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	42.143	54.524
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios sobre Energia Vendida	17.133	23.302
Variações Monetárias, Cambiais e Acréscimos Moratórios sobre Energia Comprada	(64.982)	(35.576)
Encargos de Dívidas	(48.260)	(34.149)
Variações Monetárias e Cambiais sobre Empréstimos	(63.594)	(26.456)
Atualizações sobre Contas do Fundo de Pensão	(87.049)	(41.153)
Multas e Juros sobre Tributos Notificados	-	(6.817)
Atualização Programa Refis (Nota 30)	(7.519)	(10.094)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	(22.312)	(7.009)
	(197.759)	(40.947)
Resultado Operacional	(388.061)	71.421
Resultado Não Operacional		
Receita Não Operacional	5.554	9.692
Despesa Não Operacional	(3.746)	(3.571)
Provisão para Desvalorização CRC e Investimentos Temporários (Notas 6 e 9)	(48.373)	(203.357)
Reversão da Provisão para Desvalorização de Investimentos Temporários	3.083	-
	(43.482)	(197.236)
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(431.543)	(125.815)
Provisão para Imposto de Renda (Nota 24)	105.037	32.242
Provisão para Contribuição Social (Nota 24)	35.911	11.428
Prejuízo Antes das Participações	(290.595)	(82.145)
Participação nos Resultados	-	(6.755)
Prejuízo do Exercício	(290.595)	(88.900)

Prejuízo por Lote de Mil Ações em Reais

(376,70)

(115,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Subtotal	Recursos Destinados a Futuro Aum. de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2000	696.200	440.903	4.138	-	1.141.241	4.945	1.146.186
Estorno de Remuneração Bens e Direitos Capital Próprio	-	(33)	-	-	(33)	-	(33)
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	6.041	6.041
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(88.900)	(88.900)	-	(88.900)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação 371/2000 da CVM (Nota 22)	-	-	-	(138.110)	(138.110)	-	(138.110)
Absorção de Prejuízos	-	(222.872)	(4.138)	227.010	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2001 (Reclassificado)	696.200	217.998	-	-	914.198	10.986	925.184
Estorno de Remuneração Bens e Direitos Capital Próprio	-	(55)	-	-	(55)	-	(55)
Outras Reservas de Capital	-	3.053	-	-	3.053	-	3.053
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(290.595)	(290.595)	-	(290.595)
Compensação do Prejuízo com Reservas	-	(220.996)	-	220.996	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2002	696.200	-	-	(69.599)	626.601	10.986	637.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(valores expressos em milhares de reais)

	2002	2001 Reclassificado
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das Operações:		
Resultado do Exercício	(290.595)	(88.900)
Itens que não Afetam o Capital Circulante Líquido:		
Depreciação e Amortização	78.302	75.291
Custo das Baixas do Ativo Permanente	19.304	25.543
Juros com Empréstimos ao Governo do Estado de Santa Catarina	(2.821)	(42.481)
Obrigações Fiscais de Longo Prazo (Nota 17)	25.762	34.540
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias (Nota 16)	42.622	(10.849)
Provisão para Desvalorização CRC e Investimentos Temporários (Notas 6 e 9)	7.735	203.357
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(134.288)	(62.161)
Multas e Juros sobre Contingências Fiscais (Nota 17)	-	2.393
Atualização de Saldo Relativo ao Refis (Nota 30)	7.519	7.699
Variações Monetárias de Longo Prazo	225.198	(4.200)
Total das Origens das Operações	(21.262)	140.232
De Acionistas:		
Estorno de Remuneração das Imobilizações em Curso	(55)	(33)
Aumento de Reservas de Capital	3.053	-
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	6.041
Total das Origens dos Acionistas	2.998	6.008
De Terceiros:		
Financiamentos Obtidos de Longo Prazo (Nota 13)	50.896	9.246
Parcelamento de Dívidas com a Fundação Celos	-	342
Adições em Obrigações Especiais	22.576	11.428
Baixa de Depósitos Judiciais	37.156	22.853
Baixa de Itens no Realizável a Longo Prazo	8.158	5.403
Transferência do Commercial Paper para Longo Prazo	-	105.303
Transferência do CRC para Circulante	-	458.669
Aumento do Exigível a Longo Prazo	123.084	26.613
Plano de Aposentadoria, Plano de Assistência Médica e PDVI 2002 (Nota 22.3)	402.742	192.283
Total das Origens de Terceiros	644.612	832.140
TOTAL DAS ORIGENS	626.348	978.380
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Em Depósitos Judiciais	19.596	14.457
Transferência do Circulante para o Realizável a Longo Prazo	3.265	19.982
Em Outros Itens do Realizável a Longo Prazo	3.613	832
Em Investimentos Temporários - Dona Francisca (Nota 9 e Nota 10)	4.168	-
No Investimento	11.547	8.390
No Imobilizado	111.612	123.823
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante	140.380	92.961
Redução do Exigível a Longo Prazo	1.113	4.327
Compensação de Exigível a Longo Prazo com créditos do BNDES (Nota 6)	497.116	-
Variação de Custos da Parcela A (Nota 7)	107.061	63.178
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	-	138.110
TOTAL DAS APLICAÇÕES	899.471	466.060
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(273.123)	512.320
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante		
No Início do Exercício	979.279	350.308
No Fim do Exercício	590.281	979.279
	(388.998)	628.971
Passivo Circulante		
No Início do Exercício	659.297	542.646
No Fim do Exercício	543.422	659.297
	(115.875)	116.651

AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

(273.123)

512.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001
(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, e seu acionista controlador é o Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo: executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado; realizar estudos, pesquisas e levantamentos socioeconômicos, com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e comercialização de energia, principalmente a elétrica, bem como, serviços correlatos; desenvolver, isoladamente ou em parceria com Companhias públicas ou privadas, empreendimentos de geração, distribuição e comercialização de energia, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos; pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos de produção energética, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos.

A área de concessão da Companhia abrange 257 municípios em Santa Catarina e um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Além disso, 25 municípios são atendidos indiretamente através de suprimento de energia por meio de cooperativas de eletrificação rural. A Companhia atende a um total de 1.829.683 consumidores (1.773.031 em 2001) e conta atualmente com um quadro de 4.227 empregados (4.265 em 2001).

Conforme indicado na nota 19, a receita da Companhia foi derivada de: 37,4% (37,2% em 2001) do setor industrial; 33,0% (33,6% em 2001) do setor residencial; 17,0% (16,6% em 2001) do setor comercial; 6,5% (6,6% em 2001) do setor rural e 6,1% (6,0% em 2001) do setor público.

A Companhia opera com 12 usinas hidrelétricas gerando aproximadamente 3% da energia elétrica distribuída, sendo o restante fornecido pela Tractebel (72%), Itaipu (21%) e demais fornecedores (4%).

1. CONTEXTO OPERACIONAL -- continuação

De acordo com a Resolução Aneel nº 207, de 11 de junho de 1999, em 22 de julho de 1999, foi firmado o Contrato de Concessão nº 56/99 - Aneel, no qual ficaram estabelecidas as condições e

o prazo até 7 de julho de 2015, para a exploração da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina. Conforme contrato de concessão, as tarifas de energia serão reajustadas anualmente, com base no Índice de Reajuste Tarifário - IRT, homologadas pela Aneel.

Conforme os contratos de concessão, o acionista controlador obrigou-se a organizar e administrar separadamente os serviços de que é titular (geração e distribuição de energia elétrica) e reorganizar societariamente a Concessionária, até 31 de dezembro de 2000, constituindo empresas juridicamente independentes destinadas a explorar tais serviços. O acionista controlador está adotando medidas para viabilizar o cumprimento das cláusulas contratuais, sendo que, por meio da Lei Estadual nº 12.130, de 16 de janeiro de 2002, já se obteve a autorização para promover a reorganização administrativa, técnica e societária da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 6.404/76 e Lei 9.457/97), com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como, de acordo com as normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Órgão Regulador - Aneel.

Objetivando prover um melhor grau de detalhamento das informações contábeis, a Companhia está divulgando no Relatório da Administração, de forma complementar, as Demonstrações do Valor Adicionado e do Fluxo de Caixa.

Refazimento das Demonstrações Contábeis de 2001

As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2001, originalmente apresentadas e publicadas em 11 de abril de 2002, foram reapresentadas com o objetivo de registrar os efeitos do reconhecimento de provisão para desvalorização do Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina (vide nota 6) e Investimentos Temporários (vide nota 9). Tal reapresentação foi procedida por determinação da CVM, conforme Ofício

Circular CVM 20/02, e originou os seguintes impactos sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados originalmente apresentados:

	2001		2001
	Publicado	Ajustes	Ajustado
ATIVO			
Circulante			
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina (Nota 6)	-	458.669	458.669
Imposto de Renda Diferido (Nota 8)	-	48.520	48.520
Contribuição Social Diferida (Nota 8)	-	17.467	17.467
Demais Ativos Circulantes	454.623	-	454.623
	454.623	524.656	979.279
Realizável a Longo Prazo			
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina (Nota 6)	689.923	(652.750)	37.173
Imposto de Renda Diferido (Nota 8)	152.466	2.319	154.785
Contribuição Social Diferida (Nota 8)	53.897	835	54.732
Investimentos Temporários (Nota 9)	126.089	(9.276)	116.813
Demais Ativos Realizáveis a Longo Prazo	123.744	-	123.743
	1.146.119	(658.872)	487.247
Permanente	1.303.561	-	1.303.561
TOTAL DO ATIVO	2.904.303	(134.216)	2.770.087
PASSIVO			
Circulante	659.297	-	659.297
Exigível a Longo Prazo	1.185.606	-	1.185.606
Capital Social	696.200	-	696.200
Reservas de Capital	352.214	(134.216)	217.998
Recursos Destinados a Aumento de Capital	10.986	-	10.986
Patrimônio Líquido	1.059.400	(134.216)	925.184
TOTAL DO PASSIVO	2.904.303	(134.216)	2.770.087
RESULTADO			
Resultado Operacional	71.421	-	71.421
Receitas Não Operacionais, Líquidas das Despesas	6.121	-	6.121
Provisão para Desvalorização do Contrato CRC e de Investimentos	-	(203.357)	(203.357)
Lucro/Prejuízo Antes do Imposto de Renda	77.542	(203.357)	(125.815)
Provisão para Imposto de Renda	(18.597)	50.839	32.242
Provisão para Contribuição Social	(6.874)	18.302	11.428
Lucro/Prejuízo Antes das Participações	52.071	(134.216)	(82.145)
Participação nos Resultados	(6.755)	-	(6.755)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	45.316	(134.216)	(88.900)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Correspondem ao saldo de aplicações financeiras que são registradas pelos valores originais aplicados, atualizadas até 31 de dezembro de 2002, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras. Inclui, também, valores arrecadados e ainda não repassados pelos agentes arrecadadores.

b) Consumidores e Revendedores

Referem-se, além dos serviços medidos e faturados aos clientes, às receitas decorrentes do fornecimento de energia elétrica ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa, com base no consumo estimado entre o da última leitura e o do final de cada mês.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída até o limite que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos créditos.

d) Títulos a Receber

Correspondem a créditos derivados da venda de energia, renegociados parceladamente, acrescidos de multas calculadas até a data da renegociação, conforme determina o Órgão Regulador, e de juros remuneratórios calculados até 31 de dezembro de 2002.

e) Almojarifado

Refere-se a materiais destinados à manutenção das operações e são demonstrados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso e estão avaliados pelo custo histórico.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

f) Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina

Correspondem a dívidas do Governo do Estado de Santa Catarina assumidas junto à Companhia, acrescidas de juros e atualizações monetárias, conforme contrato, calculado até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado na nota 6.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

A parcela corrente desses tributos é registrada com base no lucro tributável, ajustado de acordo com a legislação e alíquotas vigentes (Imposto de Renda 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido e Contribuição Social 9%).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram calculados com base na alíquota efetiva desses impostos e registrados no ativo realizável e passivo exigível a longo prazo, em virtude das diferenças temporárias consideradas no momento da apuração destes impostos, saldos de prejuízos fiscais compensáveis na apuração de Imposto de Renda e bases negativas na apuração de Contribuição Social. Esses tributos foram calculados à base de 25% para Imposto de Renda e 8% ou 9% para a Contribuição Social, dependendo do prazo esperado para a realização dessas bases. A Companhia demonstra, mediante análises, que esses impostos serão recuperados em operações futuras.

h) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas, quando aplicável, conforme demonstrado na nota 9 e 10.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução Aneel nº 02 de 24 de dezembro

de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo, conforme demonstrado na nota 11.

j) Fornecedores

Este item inclui, além das dívidas junto aos fornecedores de energia, materiais, serviços, e o custo da energia de curto prazo adquirida no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, até 31 de dezembro de 2002.

k) Obrigações Especiais

Referem-se a pagamentos efetuados por consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, estando registrados pelos valores originais das contribuições dos consumidores no financiamento desses empreendimentos. Os ativos adquiridos com tais recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Em virtude de sua natureza, essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

l) Demonstração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo todos os ativos e passivos indexados e atualizados até 31 de dezembro de 2002.

4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classes de Consumo	31.12.2002					31.12.2001	
	Vincendos	Vencidos			Subtotal	Total	Total
		Até 90 dias	91 a 360	Mais de 360			
Consumidores							
Residencial	45.323	24.023	2.288	2.701	29.012	74.335	63.354
Industrial	51.046	21.418	11.404	22.941	55.763	106.809	80.500
Comercial	16.636	10.306	2.031	6.931	19.268	35.904	34.049
Rural	11.174	2.615	152	1.383	4.150	15.324	14.674
Poder Público	3.664	4.975	1.621	12.130	18.726	22.390	20.282
Iluminação Pública	1.528	2.851	4.312	7.266	14.429	15.957	9.632
Serviço Público	1.988	5.003	1.761	355	7.119	9.107	2.664
Não Faturado	85.942	-	-	-	-	85.942	63.758

Outros Créditos	34.581	-	-	-	-	34.581	22.316
	251.882	71.191	23.569	53.707	148.467	400.349	311.229
Revendedores	3.449	-	-	1.098	1.098	4.547	3.653
Total Geral	255.331	71.191	23.569	54.805	149.565	404.896	314.882

Do valor total a receber, em 31 de dezembro de 2002, os saldos vencidos de consumidores e revendedores totalizam R\$149.565 (R\$119.314 em 31 de dezembro de 2001).

O montante de R\$34.581 (R\$22.316 em 31 de dezembro de 2001) relativo a Outros Créditos inclui R\$13.684 referente a Encargo de Capacidade Emergencial, conforme definido pela Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, e Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e estabelecido pelas Resoluções Aneel nº 71, de 07 de fevereiro de 2002, nº 249, de 06 de maio de 2002, nº 339, de 25 de junho de 2002 e nº 351, de 27 de junho de 2002.

A Companhia vem desenvolvendo ações junto aos devedores visando à regularização dos valores vencidos. Tradicionalmente as negociações são mantidas no âmbito de parcelamentos, não havendo exclusão de encargos moratórios, conforme determinação do órgão regulador.

O saldo total em atraso inclui o montante de R\$75.512 (R\$58.497 em 31 de dezembro de 2001), relativo a valores que vêm sendo discutidos judicialmente, principalmente pelos consumidores industriais. Conforme demonstrado na nota 16, a Companhia registrou provisão para possíveis perdas no montante de R\$11.326 (R\$12.523 em 31 de dezembro de 2001), incluída no grupo "Provisão para Contingências", relativas, especificamente, às Portarias 038 e 045 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

5. TÍTULOS A RECEBER

Descrição	2002	2001
Montante negociado, atualizado até 31 de dezembro	82.438	76.802
(-) Negociações com créditos fiscais - Refis	(11.180)	(12.006)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.352)	(9.352)
Total	61.906	55.444
Parcela de Curto Prazo	48.604	41.214
Parcela de Longo Prazo	13.302	14.230

Os valores a receber negociados com compra de créditos fiscais serão efetivamente baixados dos controles auxiliares somente no momento da homologação pela Secretaria da Receita Federal, do saldo consolidado dos débitos e créditos inclusos no Refis.

6. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Descrição	31.12.2002	31.12.2001
Contrato de Repasse da CRC (i)		
Principal	446.693	409.156
Juros	277.454	243.594
	724.147	652.750
(-) Provisão para Desvalorização	(234.719)	(194.081)
(-) Transferência do Crédito para o BNDES	(489.428)	
	-	458.669
Empréstimos para o Tesouro Estadual (ii)		
Principal	9.228	9.228
Juros	20.767	17.945
	29.995	27.173
Programa Viva Luz (iii)		
Principal	10.000	10.000
Total	39.995	495.842
Parcela de Curto Prazo	-	458.669
Parcela de Longo Prazo	39.995	37.173

- i) Em outubro de 1994 a Companhia firmou contrato com o Governo do Estado, repassando o saldo remanescente da CRC, existente em agosto daquele ano, no montante original de R\$203.921, o qual foi corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Restrito - IPCR, até junho de 1995, sendo substituído pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, a partir daquela data. Os juros são de 6,828% ao ano.

6. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA -- continuação

O contrato estabeleceu um prazo total de 20 anos para pagamento, sendo 2 anos de carência e 18 de amortização, em parcelas mensais e sucessivas que se iniciaram em agosto de 1996. O Governo do Estado pagou apenas as três primeiras parcelas. Em 30 de outubro de 2000 foi assinado Termo Aditivo ao Contrato, ratificando o saldo atualizado na referida data e definindo um novo prazo para pagamento, que passou a ser de 216 prestações, com o vencimento da primeira parcela em 15 de dezembro de 2002, sendo que as demais condições contratuais permaneceram inalteradas.

Em 27 de setembro de 2002 a Companhia, o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, assinaram contrato pelo qual foi procedida a cessão de crédito entre a Companhia e o BNDES, com garantia da União e a interveniência do Estado de Santa Catarina, do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, e do Banco do Brasil.

Quadro demonstrativo das parcelas liberadas pelo BNDES e seus respectivos pagamentos

Descrição	Liberações	Pagamentos
1ª Parcela Liberada - BNDES	154.315	
Refis		(100.981)
Cofins		(12.910)
Pasep		(2.797)
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC		(26.067)
Reserva Global de Reversão - RGR		(4.272)
2ª Parcela Liberada - BNDES	45.632	
Debêntures		(30.323)
Empréstimos Diversos em Moeda Estrangeira		(10.547)
3ª Parcela Liberada - BNDES	45.295	
Contrato de Empréstimo Eletrobrás		(45.295)
4ª Parcela Liberada - BNDES	184.675	
Contrato Empréstimo Euro Bonds e Commercial Paper		(184.675)
5ª Parcela Liberada - BNDES	67.199	
Dívidas com a Fundação Celos		(78.490)
CPMF		(759)
Total	497.116	(497.116)

6. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA -- continuação

- ii) Em 1985 e 1986 a Companhia concedeu vários empréstimos ao Tesouro Estadual. Em abril de 1988 foi firmado contrato com o Governo do Estado, determinando que as amortizações futuras seriam feitas com a retenção de dividendos. No exercício de 1997 e 1998 houve retenção de R\$2.984 e R\$2.058, respectivamente, relativo a dividendos dos exercícios de 1996 e 1997, para quitação parcial dessa dívida. O saldo registrado inclui juros de 10% ao ano capitalizados trimestralmente.
- iii) Pelo Decreto nº 395, de 10 de outubro de 1995, do Governo do Estado de Santa Catarina, foi instituído o denominado “Programa Catarinense de Eletrificação Rural - Viva Luz”, destinado a levar energia elétrica às regiões do interior do Estado. Os recursos para custeio deste programa seriam oriundos de: a) 62,5% de participação do Estado; b) 12,5% de participação da Companhia ; c) 25% de participação dos consumidores.

De acordo, ainda, com o referido Decreto, esses recursos seriam repassados à Companhia por meio de convênio específico. Em 29 de dezembro de 1995 foi firmado o convênio nº GG-CC 001/95, no valor de R\$10.000, o qual se encontra registrado contabilmente como Contas a Receber do Estado de Santa Catarina, em contrapartida de Obrigações Especiais.

7. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA “PARCELA A”

De acordo com a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e Resolução nº 482 - Aneel, de 29 de agosto de 2002, os valores financeiros dos itens da “Parcela A”, constante do contrato de concessão, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, serão ressarcidos por meio de recomposição tarifária, a partir de agosto de 2003.

Por ser necessário preservar o equilíbrio econômico-financeiro das Companhias, no período entre reajustes tarifários, foi editada a Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, determinando que as variações ocorridas no período entre reajustes tarifários sejam registradas na conta de Compensação de Variação de Valores de itens da “Parcela A” - CVA.

7. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA “PARCELA A”

-- continuação

Descrição	Valor Aprov. Aneel 1	Valor Atualiz. Selic 2	CVA IRT 2002 3	NOVA CVA 4	TOTAL (2+3+4)
Repasse Potência de Itaipu	15.245	19.240	15.181	52.197	86.618
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	26.735	33.740	(907)	(3.795)	29.038
Contrato Inicial - Tractebel	49.699	62.720	-	-	62.720
Contrato Inicial - Copel	569	718	-	-	718
Uso da Rede Básica	1.091	1.378	47	3.583	5.008
Transporte de Energia de Itaipu	78	98	21	73	192
Comp. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos	105	133	11	27	171
Reserva Global de Reversão - RGR	(8.266)	(10.432)	-	-	(10.432)
Taxa Fiscalização Serviço Energia Elétrica	(520)	(657)	-	-	(657)
Conexão	98	123	-	-	123
Total	84.834	107.061	14.353	52.085	173.499

Parcelas Classificadas no Ativo Circulante	15.260
Parcelas Classificadas no Ativo Realizável a Longo Prazo	170.235
Parcelas Classificadas no Passivo Circulante	(907)
Parcelas Classificadas no Passivo Exigível a Longo Prazo	(11.089)
Total	173.499

1. A Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, aprovou as variações de valores financeiros de itens da “Parcela A” relativas ao período de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001, no montante de R\$84.834, que será contemplado no próximo reajuste tarifário.
2. Refere-se ao valor do Passivo da “Parcela A” a preços de 31 de dezembro de 2002, corrigidos pela variação da Selic.
3. Valores apurados no período de 26 de outubro de 2001 a 08 de julho de 2002 e reconhecidos no reajuste tarifário concedido em 07 de agosto de 2002, já deduzidos da amortização efetuada.
4. A partir de 09 de julho de 2002 foi constituída uma nova CVA. Os valores estão corrigidos até 31 de dezembro de 2002.

Os valores constantes na coluna 4, do quadro acima, serão submetidos à aprovação da Aneel, o que é imprescindível para a legitimidade dos registros contábeis aqui tratados.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, o ativo fiscal diferido será mantido conforme estimativa de realização nos períodos abaixo discriminados, tendo como fundamento a projeção de lucros e prazos estimados para pagamentos das obrigações tratadas como adições temporárias até 31 de dezembro de 2002.

A Companhia registrou Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias registradas nas Demonstrações Contábeis e incluídas na apuração do lucro real, porém indedutíveis neste momento, bem como sobre os saldos de prejuízo fiscal na apuração de Imposto de Renda e base negativa na apuração da Contribuição Social. O quadro a seguir demonstra as bases para a constituição e os respectivos cálculos dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social:

Descrição	Períodos Estimados de Realização						Total
	2003	2004	2005	2006	2007 a 2009	2010 a 2012	
Contingências Trabalhistas	14.000	8.000	4.132	4.132	12.397	10.865	53.526
Imposto de Renda	3.500	2.000	1.033	1.033	3.099	2.716	13.381
Contribuição Social	1.260	720	372	372	1.116	977	4.817
Portaria 038/045 - DNAEE	1.133	1.133	1.133	1.133	3.398	3.395	11.325
Imposto de Renda	283	283	283	283	849	850	2.831
Contribuição Social	102	102	102	102	306	305	1.019
Ações Inden. (Acidentes e Desapropriação)	823	823	823	823	2.468	2.468	8.228
Imposto de Renda	206	206	206	206	617	616	2.057
Contribuição Social	74	74	74	74	222	221	741
Benefício Pós-Emprego (Deliberação 371 - CVM)	60.150	56.415	57.323	58.339	182.648	147.196	562.071
Imposto de Renda	15.037	14.104	14.331	14.585	45.662	36.799	140.518
Contribuição Social	5.413	5.077	5.159	5.251	16.438	13.248	50.586
Programa de Demissão Incentivada	757	757	393	106	106	336	2.455
Imposto de Renda	189	189	98	27	27	84	614

Contribuição Social	68	68	35	10	10	30	221
Provisão p/ Desvalorização - Casan	-	-	17.011	-	-	-	17.011
Imposto de Renda	-	-	4.253	-	-	-	4.253
Contribuição Social	-	-	1.531	-	-	-	1.531
Provisão PASEP - Notificação	-	-	-	-	14.836	-	14.836
Imposto de Renda	-	-	-	-	3.709	-	3.709
Contribuição Social	-	-	-	-	1.335	-	1.335
Provisão INSS - Notificação	-	-	-	-	24.232	-	24.232
Imposto de Renda	-	-	-	-	6.058	-	6.058
Contribuição Social	-	-	-	-	2.181	-	2.181
Prejuízo Fiscal	96.267	108.195	65.766	-	-	-	270.228
Imposto de Renda	24.067	27.049	16.441	-	-	-	67.557
Base Negativa Contribuição Social	96.267	108.195	58.576	-	-	-	263.038
Contribuição Social	8.664	9.738	5.272	-	-	-	23.673
Outras Provisões	21.876	4.481	4.900	4.481	13.444	-	49.182
Imposto de Renda	5.469	1.120	1.225	1.120	3.362	-	12.296
Contribuição Social	1.969	403	441	403	1.211	-	4.427
Base de Cálculo	291.273	287.999	210.057	69.014	253.529	164.260	1.276.132
Imposto de Renda	48.751	44.951	37.870	17.254	63.382	41.065	253.274
Contribuição Social	17.550	16.182	12.986	6.212	22.819	14.782	90.531

9. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2002</u>	<u>31.12.2001</u>
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan	110.728	110.728
Dona Francisca Energética S.A.	-	15.361
(-) Provisão para Desvalorização	(17.011)	(9.276)
Total	93.717	116.813

A participação societária na Casan originou-se pela negociação do débito existente em dezembro de 1999, no valor de R\$90.730. Durante o ano de 2000 a Companhia procedeu à capitalização complementar no valor de R\$10.000 em numerário e mais R\$9.998 com negociação de débitos, passando o saldo do investimento para R\$110.728. O investimento corresponde a 55.364.810 Ações Ordinárias - ON, e 55.363.250 Ações Preferências - PN, todas ao valor de R\$1,00 cada, subscritas e integralizadas, representando 19,3% do capital social da Casan.

A Companhia mantém o firme propósito de alienar o referido investimento, dentro do menor prazo possível, considerando as condições de mercado para negociação das ações. Obteve autorização da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina para a alienação de sua participação acionária, conforme a Lei nº 11.719, de 19 de maio de 2001.

Em 13 de dezembro de 2001 foi realizado leilão público para venda dessa participação acionária, promovido pela Bolsa de Valores de São Paulo. Devido às condições adversas do mercado naquele momento, a referida venda não foi concretizada.

Devido aos resultados negativos apresentados pela Casan, a Companhia constituiu provisão para desvalorização do investimento no valor de R\$17.011, representando um deságio de 15,4% sobre o capital investido.

10. INVESTIMENTOS

Descrição	2002	2001
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	3.355	3.337
Machadinho Energética S.A. - Maesa	49.738	49.738
Dona Francisca Energética S.A.	19.506	-
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	6.508	3.500
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	8.419	7.106
Outros Investimentos	4.693	2.446
(-) Provisão para Desvalorização de Investimentos	(914)	(1.237)
Total	91.305	64.890

11. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas de Depreciação	2002		2001	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
Em Serviço					
Geração					
Terrenos		269	-	269	269
Reservatórios, Barragens e Aduaras	2,0%	8.975	(7.697)	1.278	1.383
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,0% a 4,0%	6.000	(5.491)	509	559
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 5,9%	10.680	(6.224)	4.456	4.360
		25.924	(19.412)	6.512	6.571
Distribuição					
Intangíveis		1.117	-	1.117	1.085
Terrenos		7.478	-	7.478	6.619
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	38.517	(18.217)	20.300	20.166
Máquinas e Equipamentos	2,0% a 7,7%	1.558.280	(602.050)	956.230	909.411
		1.605.392	(620.267)	985.125	937.281
Administração					
Intangíveis		17.294	-	17.294	8.778
Terrenos		357	-	357	360
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	10.679	(6.166)	4.513	4.861
Máquinas e Equipamentos	4,5% a 10,0%	56.239	(24.716)	31.523	32.027
Veículos	20,0%	29.892	(25.250)	4.642	7.153
Móveis e Utensílios	10,0%	5.004	(3.731)	1.273	1.389
		119.465	(59.863)	59.602	54.568
Total em Serviço		1.750.781	(699.542)	1.051.239	998.420
Em Curso					
Geração		23.622	-	23.622	22.366
Distribuição		142.289	-	142.289	162.275
Administração		36.013	-	36.013	55.151
		201.924	-	201.924	239.792
Total		1.952.705	(699.542)	1.253.163	1.238.212

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção e distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2002 e 2001, o saldo desta conta era composto conforme evidenciado no quadro a seguir:

Descrição	31.12.2002	31.12.2001
Fornecedores de Energia Elétrica		
Energia Comprada no MAE	140.694	104.962
Eletrosul	82.308	90.604
Eletróbrás	6.534	-
Tractebel	52.985	44.580
Copel	1.087	1.303
Bandeirante	2.885	4.282
Chesf	1.260	3.279
Furnas	661	2.969
Cemig	-	1.751
Maesa	2.927	-
Outros	2.997	12.425
Subtotal	294.338	266.155
Encargos de Uso da Rede Elétrica	17.591	-
Fornecedores de Materiais e Serviços	39.890	62.465
Total	351.819	328.620

O saldo de energia comprada no MAE foi comunicado aos Agentes, e apresentado por meio de comunicação específica daquela entidade. Esses valores encontram-se sob processo de auditoria por auditores independentes. Por orientação do MAE ficou definida a liquidação de 50% desse valor no ano de 2002, sendo que a Companhia pagou em 03 de janeiro de 2003, R\$42.250 com recursos captados junto ao BNDES.

Cumprindo orientações contidas no ofício circular nº 343/2002-SFF/Aneel, em relação ao registro contábil das transações ocorridas no âmbito do MAE no 1º trimestre deste exercício, foram obtidos dessa última entidade, os valores calculados preliminarmente, que resultaram num crédito de R\$53.749 favoráveis à Companhia.

Tendo em vista o despacho nº 288 de 16 de maio de 2002, do Diretor Geral da Aneel, e a relevância do valor, com base em dados apenas preliminares, e o grau de incerteza em relação aos valores definitivos, a Administração da Companhia decidiu, conservadoramente, divulgar, mas não contabilizar tal valor na ITR do 1º trimestre. Tão logo este valor seja divulgado em definitivo, a Companhia o reconhecerá em suas Demonstrações Contábeis.

Por força da Lei 5.899, de 5 de julho de 1973, a Companhia adquire compulsoriamente da Itaipu Binacional, 4,37% da potência disponível para o Brasil. O faturamento mensal dessa potência é efetuado pela Eletrosul, com base na tarifa monômnia de potência estabelecida pelo Órgão Regulador.

12. FORNECEDORES -- continuação

De acordo com o Decreto 2.432, de 17 de maio de 1988, a Companhia paga à Furnas Centrais Elétricas S.A. pelo uso do sistema de transmissão que interliga a Usina de Itaipu ao sistema elétrico brasileiro, a mesma proporção da sua cota de potência. A tarifa aplicável ao faturamento deste encargo também é estabelecida em Resolução específica do Órgão Regulador.

Além da energia adquirida de Itaipu, a Companhia complementa os requisitos de demanda do seu mercado com a energia contratada com a Tractebel e a Copel por meio dos chamados “Contratos Iniciais”. Esses contratos definem os montantes de potência e energia até o ano 2002 (inclusive). A partir de 2003, os montantes contratados reduzem em 25% a cada ano, extinguindo-se ao final de 2005.

Para cobrir essas reduções nos Contratos Iniciais e eventuais necessidades além daqueles montantes, a Companhia deverá recorrer ao mercado competitivo, contratando energia com diferentes geradores por meio de acordos bilaterais de suprimento, ou recorrendo ao MAE.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

Empréstimos destinados aos programas de distribuição, geração, eletrificação rural e outros. Estão divididos em duas modalidades de contratos: Contratos de Empréstimos e Financiamentos - ECF, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR; e Fundo de Financiamento da Eletrobrás e do Instrumento de Reconhecimento de Débitos - IRD, com recursos do Programa Nacional de Irrigação. A garantia, em caso de inadimplência, está vinculada aos recebíveis da contratante.

A Companhia, em 26 de dezembro de 2002, firmou contrato de empréstimo junto ao BNDES no valor de R\$42.250 com o objetivo de liquidar dívida de energia adquirida junto ao MAE.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS -- continuação

A composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas é apresentado a seguir:

2002

2001

Descrição	Indexador	Taxas de Juros	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
<i>Em Moeda Estrangeira</i>						
Euro Commercial Paper	US\$	14 a 16% a. a.	-	-	36.705	105.303
Euro Bonds	US\$	12,875% a. a.	-	-	-	-
Diversas Instituições Financeiras	US\$	5 a 16% a. a.	-	-	247	7.865
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Eletrobrás	UFIR/IGPM	5 a 8% a. a.	-	1.885	12.410	38.257
BNDES	Selic	1% a. m.	-	42.281	12.410	38.257
			-	44.166	49.362	151.425
Encargos de Dívidas						
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Fundo de Pensão - Res. Mat. Amort.			1.861	-	-	-
Debêntures			-	-	1.375	-
Eletrobrás e Outras Instituições			958	-	1.004	-
<i>Em Moeda estrangeira</i>						
Diversas Instituições Financeiras			-	-	1.332	-
			2.819	-	3.711	-

A composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador é apresentada no quadro a seguir:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	31.12.2002		31.12.2001	
	R\$	%	R\$	%
Em Moeda Estrangeira				
Dólar norte-americano	-	-	150.120	74,77
	-	-	150.120	74,77
Em Moeda Nacional				
UFIR/IGP-M	1.885	4,27	50.667	25,23
Selic	42.281	95,73	50.667	25,23
	44.166	100,00	50.667	25,23
	44.166	100,00	200.787	100,00

A mutação dos empréstimos e financiamentos é apresentada no quadro a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Em 31 de dezembro de 2000	27.837	39.475	113.326	6.862
Ingressos	-	9.246	-	-
Encargos	3.957	3.532	9.693	19.823
Variação monetária e cambial	18.599	37.182	130.435	7.941
Transferências	(16.134)	(51.178)	(216.502)	78.542
Amortizações	(21.849)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2001	12.410	38.257	36.952	113.168
Ingressos	-	50.896	-	-
Encargos	2.134	3.034	24.051	21.198
Variação monetária e cambial	16.924	41.087	162.889	171.317
Transferências	22.545	(89.108)	5.443	(305.683)
Amortizações	(54.013)	-	(229.335)	-
Em 31 de dezembro de 2002	-	44.166	-	-

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS -- continuação

Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda / Indexador	Variação anual	
	2002	2001
Dólar norte-americano	52,61%	18,67%
Selic	17,66	16,08
IGP-M	25,30%	10,37%

14. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descrição	31.12.2002	31.12.2001
Provisão para Licença Prêmio e Encargos	23.695	22.326
Provisão para Férias e Encargos	15.053	14.052
Provisão para Gratificação de Férias e Encargos	5.064	4.858
Provisão para Gratificação Anual e Abono Salarial	3.486	-
Provisão para Abono Constitucional de Férias e Encargos	2.509	2.242
Total	49.807	43.478

15. DEBÊNTURES

A Companhia emitiu, em 1º de novembro de 1994, 30.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe “B”, em série única, nominativas e não endossáveis, com valor unitário de R\$1,00, no montante de R\$30.000.

As debêntures foram atualizadas pelo IPCR até 30 de junho de 1996 e, a partir desta data, pelo INPC. A taxa de juros permaneceu em 15,5% a.a. Em outubro de 1997, ocorreu a repactuação da taxa de juros junto às instituições financeiras, reduzindo substancialmente os juros, passando dos 15,5% para 6,75% a.a.

A repactuação de 1º de novembro de 1999 alterou a forma de remuneração das debêntures, passando a ser apurada com base em 104% da taxa aplicável ao CDI médio *extra-over* da Cetip, sendo mantido este critério na repactuação de 1º de novembro de 2000. No dia 1º de novembro de 2001 foram pagos os juros remuneratórios no valor de R\$7.927 referente ao período de 1º de novembro de 2000 a 1º de novembro de 2001. Na referida data foram repactuadas 22.308 debêntures e 5.972 debêntures foram mantidas em tesouraria até dezembro de 2001, quando foram repassadas à Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos.

A partir de 1º de novembro de 2001, a remuneração das debêntures passou a ser calculada pela variação acumulada das taxas médias dos depósitos interfinanceiros - DI, calculadas pela CETIP, acrescida de um “spread” de 2% a.a.

15. DEBÊNTURES -- continuação

As debêntures serão mensalmente amortizadas, em valor correspondente a 3,5% do seu valor nominal em 1º de fevereiro de 2002, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de março de 2002 e o último em 1º de novembro de 2002.

Em 2002 a Companhia pagou R\$7.276 de juros, R\$13.029 de amortização, e R\$30.323 correspondente ao resgate de R\$25.940 debêntures que estavam em circulação.

Atualmente a Companhia mantém 28.280 debêntures em tesouraria.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. Na opinião do Departamento Jurídico, existe possibilidade de condenação em diversos desses processos, para os quais foram constituídas provisões. Parte desses processos estão garantidos por depósitos judiciais, que se encontram registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo. A posição das provisões para contingências está resumida a seguir:

Descrição	31.12.2001			31.12.2002		
	Saldo	Depósito Judicial	Adições	Baixas	Saldo	Depósito Judicial
Trabalhistas	54.789	24.220	15.763	(17.026)	53.526	12.411
Cíveis	20.751	7.954	543	(1.740)	19.554	2.205
Tributária	1.895	-	46.977	(1.895)	46.977	-
Total	77.435	32.174	63.283	(20.661)	120.057	14.616

As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços.

Especificamente quanto aos processos relativos às Portarias 038 e 045 do DNAEE, (R\$11.326) incluso no item Cíveis, que majoraram a tarifa industrial de energia elétrica em 1986, foi constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza, em andamento, contra a Companhia. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento julgar sobre as possíveis decisões do judiciário, nem mesmo estimar os possíveis efeitos. Portanto, a Companhia não constituiu nenhuma provisão, uma vez que o Departamento Jurídico classifica a probabilidade de perdas nesta matéria como “remota”.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS -- continuação

Em relação as contingências tributárias a Companhia reconheceu contabilmente as notificações emitidas pela Aneel nº 072/2001 no valor de R\$1.866 mil e nº 190/2002 no valor de R\$1.791 mil

relativo ao descumprimento do cronograma para desverticalização das atividades da Companhia e alterações no estatuto social sem a anuência do órgão regulador.

Também houve provisionamento das notificações previdenciárias do INSS no valor de R\$26.252 mil referente ao não recolhimento do encargo sobre a gratificação acordo e abono salarial nos períodos de 1995 a 2002.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As seguintes obrigações fiscais foram provisionadas, tendo em vista que existem temas relacionados com essas obrigações que ainda estão sendo discutidas judicialmente, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31.12.2001	Adições	Baixas	31.12.2002
Utilização de Base Negativa - CS	30.220	-	-	30.220
Imposto de Renda - Plano Verão	4.784	-	-	4.784
IR e CS sobre Receitas de CRC	74.208	22.781	(96.989)	-
IR e CS sobre Lucro de Órgãos Públicos	2.778	2.981	(1.420)	4.339
Depreciação IPC-BTNf - CS	5.582	-	-	5.582
Total	117.572	25.762	(98.409)	44.925

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição Acionária

O capital social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$696.200, mantendo-se o mesmo valor de 2001. As Ações Preferenciais classe “A” têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos, seguidas pelas Ações Preferenciais classe “B”.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

A composição acionária está representada conforme o quadro abaixo:

Acionistas	31 de dezembro de 2002						Total	%
	Ordinárias		Preferenciais					
	ON	%	PNA	%	PNB	%		
.....								

Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,2	3.838	-	-	-	155.824.043	20,2
Invesc	91.037.953	29,3	-	-	12.508.762	2,9	103.546.715	13,4
Previ - Banco do Brasil	39.090.811	12,6	-	-	21.275.201	4,9	60.366.012	7,8
Codesc	1.959.533	0,6	-	-	-	-	1.959.533	0,3
Eletrobrás	84.662	-	-	-	82.855.527	19,1	82.940.189	10,8
BNDES Participações S.A. - Bndespar	-	-	25.461.794	95,7	9.539.397	2,2	35.001.191	4,5
Fundo de Participação Social - BNDES	3.107.000	1,0	-	-	8.826.000	2,0	11.933.000	1,5
Fundação Petrobrás de Seguridade	-	-	-	-	13.521.400	3,1	13.521.400	1,8
Bradesco - Previdência e Seguros	-	-	-	-	48.845.121	11,2	48.845.121	6,3
Bradesco Capitalização S.A.	-	-	-	-	6.403.000	1,5	6.403.000	0,8
Fundo Bradesco Temploton V. L. Fdo	-	-	-	-	10.216.000	2,4	10.216.000	1,3
Fundação CESP	-	-	-	-	17.805.000	4,1	17.805.000	2,3
Fundação Celesc de Seguridade Social	15.977.847	5,1	-	-	22.726.300	5,2	38.704.147	5,0
Prefeituras Municipais	19.613	-	20.332	0,1	19.066	-	59.011	-
Outros	3.445.110	1,2	1.120.240	4,2	179.742.10	41,4	184.307.453	24,0
					3			
Total	310.542.734	100,0	26.606.204	100,0	434.282.87	100,0	771.431.815	100,0
					7			0

31 de dezembro de 2001

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais				Total	%
	ON	%	PNA	%	PNB	%		
Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,2	3.838	-	-	-	155.824.043	20,2
Invesc	91.037.953	29,3	-	-	12.508.762	2,9	103.546.715	13,4
Previ - Banco do Brasil	39.090.810	12,6	-	-	21.275.201	4,9	60.366.011	7,8
Codesc	1.959.533	0,6	-	-	-	-	1.959.533	0,3
Eletrobrás	84.662	-	-	-	82.855.527	19,1	82.940.189	10,8
Bndespar	-	-	25.461.794	95,7	9.539.397	2,2	35.001.191	4,5
Bndes - Fundo Social	-	-	-	-	8.826.000	2,0	8.826.000	1,1
Bradesco - Previdência e Seguros	-	-	-	-	48.845.121	11,2	48.845.121	6,3
Bradesco Livre Fácil - Fdo. De Inv.	-	-	-	-	6.710.000	1,5	6.710.000	0,9
Bradesco Capitalização S.A.	-	-	-	-	6.403.000	1,5	6.403.000	0,8
Investidores Estrangeiros	2.086.135	0,7	-	-	12.112.000	2,8	14.198.135	1,8
Prefeituras Municipais	19.613	-	20.332	0,1	19.066	-	59.011	-
Fundação Celos	15.886.847	5,1	-	-	6.251.300	1,4	22.138.147	2,9
Fundação Petrobrás de Seguridade	-	-	-	-	13.521.400	3,1	13.521.400	1,8
Outros	4.556.976	1,5	1.121.060	4,2	205.415.28	47,4	211.093.319	27,4
					3			
Total	310.542.734	100,0	26.607.024	100,0	434.282.05	100,0	771.431.815	100,0
					7			0

b) Reservas de Capital

São compostas da seguinte forma:

	2002	2001
Doações e Subvenções para Investimento	214.532	214.532
Remuneração sobre Capital Próprio	3.411	3.466
Outras Reservas de Capital	3.053	-
Absorção do Prejuízo do Exercício	(220.996)	-
	-	217.998

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

c) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Referem-se a valores recebidos do Governo do Estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Eletrificação Rural “Luz no Campo”, destinados à expansão dos sistemas de distribuição da Companhia.

19. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Consumidores (*)		MWh (*)		Receita	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	1.411.572	1.365.640	3.006.790	2.976.195	760.671	639.104
Industrial	55.261	52.525	5.987.798	5.652.085	860.791	708.705
Comercial	145.128	140.957	1.742.083	1.652.457	391.981	316.774
Rural	200.795	197.587	1.259.089	1.288.637	148.895	125.726
Poder Público	15.143	14.610	242.662	226.425	51.705	39.441
Iluminação Pública	298	299	409.337	414.075	58.130	48.066
Serviço Público	1.486	1.413	214.914	201.513	31.614	25.760
Total do Fornecimento	1.829.683	1.773.031	12.862.673	12.411.387	2.303.786	1.903.576
Suprimento de Energia	5	3	328.308	208.325	18.289	12.862

(*) Não auditado

19.1 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Quantidade MWh		Despesa	
2002	2001	2002	2001
13.733.426	13.384.037	906.642	773.865

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações atribuídas aos administradores e empregados, demonstradas em reais, foram de:

Remuneração	Administradores		Empregados	
	2002	2001	2002	2001
Menor	8.624,57	5.518,34	680,55	559,66
Maior	15.472,47	14.651,28	16.016,67	8.906,79

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, pela Instrução 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado e das condições pactuadas dos instrumentos

financeiros. A Companhia não realizou, até 31 de dezembro de 2002, operações com características de instrumentos financeiros, na forma definida pela referida Instrução.

Classificamos, ainda, como um instrumento financeiro capaz de produzir efeitos sobre os resultados da Companhia, as operações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do MAE, uma vez que os preços apresentam oscilações causadas por um mercado com grande volatilidade e sem regras firmes.

Todos os demais ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras, etc.) não representam desvios significativos entre o valor de mercado e o contábil.

22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia, na condição de patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para seus participantes que são, basicamente, os empregados da Companhia, destinou, a título de contribuição, o montante de R\$53.862 até 31 de dezembro 2002 (R\$25.868 até 31 de dezembro de 2001).

A Celos estava discutindo, inclusive judicialmente, a incidência de tributos sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras efetuadas nos mercados de renda fixa e renda variável. Entretanto, no dia 08 de novembro de 2001, o Supremo Tribunal Federal – STF, julgou improcedente o processo de imunidade tributária da Fundação CERES, ligada à Embrapa. Essa decisão indica que a Constituição Federal de 1988 deixou clara a diferenciação entre entidades de assistência social e de previdência, sendo que essa última não pode ser imune tributariamente.

Em dezembro de 2001, a Celos fez a opção pelo Regime Especial de Tributação - RET, porém, paralelamente a Abrapp entrou com Mandado de Segurança coletivo, questionando: a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, e a isonomia entre Companhias abertas e fechadas, em várias regiões, inclusive Santa Catarina.

Em 31 de janeiro de 2002, a Celos exerceu a opção pelo artigo 5º da Lei 2.222, parcelando suas obrigações fiscais para pagamento em 6 (seis) parcelas mensais.

22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO -- continuação

A seguir apresentamos quadro da composição do Benefício Pós-Emprego:

<u>Descrição</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>31.12.2002 Total</u>
Empréstimo e Valores Correntes a Repassar	16.398	91.276	107.674
Reserva a Amortizar	8.104	328.381	336.485
PDI - 1998	1.054	1.401	2.455

Total**25.556 1.016.083 1.041.639****22.1. EMPRÉSTIMOS E VALORES CORRENTES A REPASSAR**

A patrocinadora mantém dois contratos (nº 09 e nº 10), os quais se encontram parcelados e remunerados em condições usuais de mercado. Os saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Data Contrato	Taxa de Juros	Quant. de Parcelas	Curto Prazo	Longo Prazo	31.12.2002 Total	31.12.2001 Total
Empréstimo - Contrato nº 09	28/02/00	IGP-M	120	3.699	35.500	39.199	35.223
Empréstimo - Contrato nº 10	28/02/00	IGP-M	120	5.812	55.776	61.588	55.342
Valores Correntes a Repassar				6.887	-	6.887	29.387
Total				<u>16.398</u>	<u>91.276</u>	<u>107.674</u>	<u>119.952</u>

22.2. RESERVA A AMORTIZAR

Em 1º de janeiro de 1997, passou a vigorar o novo plano de benefícios da Celos, denominado “Plano Misto”, prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para este novo plano. As regras de transferência de um plano para outro foram definidas em 31 de dezembro de 1998 pela Companhia e homologadas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, em 14 de janeiro de 1999, para vigência a partir de 1º de janeiro de 1999. A maior alteração deste plano em relação ao anterior foi a mudança de benefício definido para contribuição definida relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. A partir de 1º de abril de 1999, iniciou-se o processo de migração voluntária, com encerramento em 31 de março de 2000, e vigência retroativa a 1º de janeiro de 1999, com migração de 98% dos participantes.

Em decorrência deste processo, a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 1998, provisão sobre o valor total de reservas a amortizar registradas pela Fundação, que vinha sendo paga por meio de contribuições mensais extraordinárias, no montante de R\$173.812, uma vez que, com o encerramento do plano de benefícios atual, foi necessário liquidá-lo também financeiramente. Em 30 de novembro de 2001 foi

22.2. RESERVA A AMORTIZAR -- continuação

firmado o contrato para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas do saldo consolidado e atualizado de R\$272.796, mantida a incidência de juros de 6% a.a. e atualização pelo IGP-M.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2002, a Companhia registrou um montante de R\$87.049 relativo a encargos a título de atualização do saldo devedor desse passivo, bem como R\$5.630 a título de amortização do principal. Dessa forma, o valor total devido à Fundação Celos passou para um montante atualizado de R\$336.485, sendo R\$328.381 registrados no Exigível a Longo Prazo, e R\$8.104 no Passivo Circulante, em 31 de dezembro de 2002.

22.3. PLANO DE APOSENTADORIA, ASSISTÊNCIA MÉDICA E PDVI 2002

Para fins de atendimento às determinações contidas nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 26 do Instituto Brasileiro de Contabilidade - Ibracon, aprovadas pela Deliberação nº 371 da CVM, a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuaria e Economia Ltda. emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas a seguir.

Abaixo está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica, em 31 de dezembro de 2002:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	Total
Valor Presente das Obrigações	1.257.691	143.079	1.400.770
Valor Justo dos Ativos	(775.037)	-	(775.037)
Ganhos/Perdas	(25.112)	(5.596)	(30.708)
Exigível a Longo Prazo	457.542	137.483	595.025

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	10,24% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,24% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% ao ano
Crescimento dos Benefícios da Previdência Social	3,00% ao ano
Inflação	4,00% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	7,12% ao ano
Taxa de Rotatividade Anual	0,80%
Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios	98,00%

Hipóteses Demográficas

Tábua de Mortalidade	AT-49, exceto Pecúlio por Morte pois se adotou a CSO-58
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-55
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média
Tábua de Mortalidade de Ativos	Método de Hamza
Idade de Aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios

22.3. PLANO DE APOSENTADORIA, ASSISTÊNCIA MÉDICA E PDVI 2002

-- continuação

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados:

Descrição	Planos de Aposentadoria		Planos de Assistência Médica	
	Transitório	Misto 001	AMHOR	Odontológico
Participantes Ativos				
Frequência	24	4.295	4.107	4.051
Idade Média (em anos)	47	43	43	43
Tempo de Serviço Médio	22	20	21	21
Remuneração Média Mensal	2.679,92	2.785,91	-	-
Participantes Aposentados				
Frequência	1.876	621	2.519	2.175
Idade Média (em anos)	62	53	60	59
Benefício Médio Mensal	1.164,99	1.562,34	-	-
Pensionistas				
Frequência de Grupos Familiares	643	36	550	419

A Companhia pela Deliberação nº 243/2002, de 09 de dezembro de 2002, aprovou o Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI, que foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina com o objetivo de redução de custos operacionais.

Este programa conta com a expectativa de desligamentos de 1.708 empregados, sendo reconhecido no resultado o valor de R\$389.297 referente à parcela de responsabilidade da Companhia nos Planos Previdenciários (Transitório ou Misto), de Assistência Médico-Hospitalar (Amhor) e Odontológico, gerenciados pela Celos até completar as parcelas previstas.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentam saldos e movimentações com o Governo do Estado de Santa Catarina (nota 6), Casan (nota 9) e Celos (nota 22).

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - TAXA EFETIVA

Seguindo orientação contida na NPC nº 25 do Ibracon e na Deliberação nº 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, a Companhia está divulgando a conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado, conforme segue:

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - TAXA EFETIVA -- continuação

Descrição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2002	2001	2002	2001
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(431.543)	(125.815)	(431.543)	(125.815)
Adições e Exclusões de Caráter Permanente				
Doações	5	5	5	5
Participação nos Resultados	-	(6.745)	-	(6.755)
Realização IPC/BTNf	-	-	19.398	21.016
Multas	7.940	-	7.940	-
Patrocínios	3.055	-	3.055	-
Outros	117	2.648		2.601
Base Tributável	(420.426)	(129.907)	(401.145)	(108.948)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
Total do Exercício	105.107	32.477	36.103	9.805
Efeito da Alteração da Alíquota de 8% para 9%	70	-	192	(1.707)
Outros	-	233	-	84
Total no Resultado	105.037	32.242	35.911	11.428

O efeito de alteração da alíquota refere-se ao impacto da realização antecipada de base de contribuição social diferida ativa, originalmente constituída pela alíquota de 8%, porém cuja realização ocorreu em 2001 pela alíquota de 9%.

25. SEGUROS

Os seguros contratados estão de acordo com a política da Companhia com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

<u>Riscos</u>	<u>Data da Vigência</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Prêmio</u>
Subestações e Usinas	11/03/2002 a 11/03/2003	R\$120.000	R\$405
Transporte Aéreo e Terrestre	20/03/2002 a 30/03/2003	R\$16.300	R\$2

Subestações e Usinas - Na apólice contratada foram nomeados os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Transporte Aéreo e Terrestre - Visa garantir os danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. O prêmio varia conforme o volume transportado, sendo informado a média.

26. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

A Medida Provisória nº 2.198, de 24 de agosto de 2001, criou o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, com o qual objetivou compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções do suprimento. Em média a redução de energia foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, nas regiões Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e Norte do País. Esse programa vigorou de junho de 2001 até o mês em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na região Norte o programa foi suspenso a partir de janeiro de 2002 e nas demais regiões sua extinção ocorreu em março de 2002. Na região Sul do País, as concessionárias distribuidoras foram afetadas pela racionalização do uso da energia elétrica, o que resultou em redução voluntária do consumo superior a 10%, principalmente nos meses de maio a agosto de 2001.

Em conseqüência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as Companhias concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras quanto distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas Companhias, bem como a de pessoal, não foram reduzidas na proporção da redução de consumo.

Além do programa de redução de consumo, as Companhias têm vários pleitos com a Aneel, visando à recomposição do denominado “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão”, pois ocorreram vários eventos que no seu entender resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos. Exemplo desses pleitos é o aumento da energia adquirida de Itaipu em razão da desvalorização acentuada do Real ocorrida desde 1999.

Na tentativa de solucionar a questão, o governo e as Companhias de energia elétrica mantiveram negociações, e após seis meses de interlocução foi firmado o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica, versando sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Programa Emergencial).

Esse acordo abrange as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do citado Programa Emergencial, os custos adicionais da denominada Parcela A para o período de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 e a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito do MAE, denominada “energia livre”, realizadas até dezembro de 2002. Com isso, a Companhia apurou os valores e está adotando as medidas cabíveis para recomposição tarifária em relação aos custos adicionais incorridos com a “Parcela A”, conforme mencionado na nota 7.

27. CONCESSÕES

Através do Contrato de Concessão nº 56/99, firmado com a Aneel, em 22 de julho de 1999, a Companhia detém a concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica em 262 municípios no Estado de Santa Catarina e um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Esse Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015.

Na mesma data de 22 de julho de 1999, foi firmado o Contrato de Concessão nº 55/99, por meio do qual a Companhia obteve a formalização da concessão para geração de energia elétrica das seguintes centrais geradoras hidrelétricas:

Hidrelétricas	Rio	Município	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Bracinho	Bracinho	Schroeder	16,5	03.11.1966	07.11.2016
Caveiras	Caveiras	Lages	4,3	08.07.1968	10.07.2018
Cedros	dos Cedros	Rio dos Cedros	7,4	03.11.1966	07.11.2016
Celso Ramos	Chapecozinho	Faxinal dos Guedes	5,3	22.11.1971	*23.11.2001
Garcia	Garcia	Angelina	8,6	12.03.1957	07.07.2015
Ivo Silveira	Santa Cruz	Campos Novos	2,5	30.10.1964	07.07.2015
Palmeiras	dos Cedros	Rio dos Cedros	24,4	03.11.1966	07.11.2016
Pery	Canoas	Curitibanos	4,4	06.07.1967	09.07.2017
Piraí	Piraí	Joinville	1,4	03.11.1966	07.11.2016
Salto	Itajaí - Açú	Blumenau	6,3	03.11.1966	07.11.2016

* Está em processo de renovação da concessão junto à Aneel.

Por terem capacidade abaixo de 1MW, as Usinas Rio do Peixe e São Lourenço estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização (art. 8º - Lei 9074, de 07 de julho de 1995).

28. DESPESAS FINANCEIRAS

Os encargos financeiros e as variações monetárias estão apropriadas no resultado e no imobilizado em curso de acordo com a Instrução Geral nº 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução nº 193 da CVM, de 11 de julho de 1996, conforme o quadro a seguir:

Descrição	2002	2001
Encargos financeiros totais	2.317	16.263
(-) Transferência para imobilizado em curso	(325)	(410)
Líquido apropriado no exercício	1.992	15.853
Efeitos inflacionários e cambiais totais	573	23.743
(-) Transferência para imobilizado em curso	-	-
Líquido apropriado no exercício	573	23.743
Total	2.565	39.596

29. TAXAS REGULAMENTARES

	2002	2001
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	20	20
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	1.123	5.014
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	8.471	29.422

30. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - Refis

Em 27 de abril de 2000, a Companhia protocolou pedido de adesão ao Refis, instituído pela Medida Provisória nº 1923/99, com alterações promovidas pela MP nº 2004-6, de 10 de março de 2000. A Companhia incluiu no Refis débitos relativos a Cofins, Pasep e Finsocial, ajustados pela desistência de processos judiciais em curso e pela compensação com créditos fiscais adquiridos de consumidores inadimplentes, com deságio, conforme demonstrado a seguir:

Tributo	Principal	Juros	Multa	Total
Cofins	86.678	38.587	42.368	167.633
Pasep	29.583	19.103	21.713	70.399
Finsocial	2.762	11.699	2.379	16.840
	119.023	69.389	66.460	254.872
(-) Créditos Tributários Adquiridos com Contas a Receber em Atraso				(56.834)
(-) Redução da Multa				(22.270)
(-) Redução de Juros de Mora				(49.792)
				(128.896)
Total Consolidado dos Débitos e Créditos Incluídos no Refis				125.976
(-) Amortizações Realizadas em 2000				(15.162)
(+) Atualização dos Saldos com Base na TJLP				10.976
Saldo em 31 de Dezembro de 2000				121.790
(-) Amortizações Realizadas em 2001				(24.503)
(+) Atualização dos Saldos com Base na TJLP				10.094
(-) Redução do Principal e de Multa				(640)
Saldo em 31 de Dezembro de 2001				106.741
(-) Amortizações Realizadas em 2002				(119.597)
(+) Atualização dos Saldos com Base na TJLP				7.519
(+) Crédito Fiscal Não Confirmado pela Secretaria da Receita Federal				5.337
Saldo em 31 de Dezembro de 2002				-

A Companhia, em 30 de setembro de 2002, recebeu recursos do BNDES conforme demonstrado na nota 6. Desta forma, a dívida consolidada pela Companhia de R\$100.981, referente ao Refis, foi liquidada, faltando a homologação, por parte da Secretaria da Receita Federal, dos créditos adquiridos de terceiros referente a prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no montante de R\$28.406.

31. SEGREGAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE

A Companhia está iniciando o processo de cisão, para a criação de empresas independentes, dedicadas às atividades de geração e distribuição de energia elétrica. Objetivando atender às determinações da Aneel, efetuamos uma segregação dos resultados do exercício de 2002 pelas atividades de geração e distribuição com base em análises e levantamentos internos.

Estas análises foram feitas de forma estimada, baseadas em critérios razoáveis, em função da capacidade de geração de energia e na quantidade de pessoas alocadas na atividade de geração, sendo praticamente todas as contas rateadas devido à receita bruta ou aos gastos com pessoal. Todo o restante do resultado foi atribuído à atividade de distribuição, uma vez que não ocorreram fatos contábeis neste exercício que pudessem ser atribuídos a outras atividades.

Em obediência à determinação do ofício circular 838/2000 e do 91/2002 da Aneel, segue a demonstração de resultados da Companhia relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, segregada por atividade:

	<u>Geração</u>	<u>Distribuição</u>	<u>Total</u>
Receita Operacional Bruta	35.300	2.397.881	2.433.181
Deduções da Receita Operacional	(1.456)	(683.862)	(685.318)
Receita Operacional Líquida	33.844	1.714.019	1.747.863
Despesas Operacionais			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(906.642)	(906.642)
Pessoal	(19.080)	(632.453)	(651.533)
Material	(1.410)	(17.497)	(18.907)
Serviço de Terceiros	(1.471)	(75.017)	(76.488)
Conta Consumo de Combustível - CCC	-	(72.914)	(72.914)
Depreciação e Amortização	(1.756)	(76.546)	(78.302)
Provisão para Contingências e Obrigações Fiscais Notificadas	(11.454)	(64.127)	(75.581)
Outras	(10.043)	(47.755)	(57.798)
	(45.214)	(1.892.951)	(1.938.165)
Resultado do Serviço	(11.370)	(178.932)	(190.302)
Resultado Financeiro	-	(197.759)	(197.759)
Resultado Operacional	(11.370)	(376.691)	(388.061)
Resultado Não Operacional	(110)	(43.372)	(43.482)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.480)	(420.063)	(431.543)
Provisão para Imposto de Renda	1.521	103.516	105.037
Provisão para Contribuição Social	811	35.100	35.911
Lucro do Exercício	(9.148)	(281.447)	(290.595)

DIRETORIA

Carlos Rodolfo Schneider
Diretor Presidente

Paulo Gorini Martignago
Diretor Econômico-Financeiro
e de Relações com Investidores

Israel Honorino Nunes
Diretor de Gestão e
Desenvolvimento Organizacional

Eduardo Carvalho Sitonio
Diretor Técnico

José Braulino Stähelin
Contador
CRC - SC 018996/0-8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

1. Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, levantado em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Exceto quanto ao assunto mencionado no terceiro parágrafo, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Devido à ausência de controles analíticos adequados, não nos foi possível aplicar procedimentos de auditoria que nos possibilitassem concluir sobre a adequação dos saldos contábeis mantidos sob a rubrica "Títulos a Receber", sendo R\$48.604 mil no ativo circulante e R\$13.302 mil no ativo realizável a longo prazo.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes que poderiam resultar da aplicação de procedimentos de auditoria omitidos, conforme mencionado no terceiro parágrafo, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Conforme mencionado na nota explicativa 6.ii), a Companhia mantém crédito a receber do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$29.995 mil, decorrente de empréstimos concedidos nos exercícios de 1985 e 1986, cuja realização depende da capacidade da Companhia em obter lucros futuros que permitam a compensação com dividendos atribuíveis ao Estado, ou renegociar novas condições para o recebimento.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia têm registrado, no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$140.694 mil, relativos a transações de venda e compra de energia realizada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. A liquidação financeira dos valores referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002 ocorreu parcialmente em 03 de janeiro de 2003. A liquidação final está condicionada à confirmação dos números pelo MAE, após auditoria a ser realizada. Adicionalmente, ainda conforme mencionado na nota explicativa 12, as transações ocorridas no âmbito do MAE relativamente ao primeiro trimestre do exercício social de 2002 resultaram, conforme informações preliminares fornecidas por aquela entidade, em um crédito favorável à Companhia de R\$53.749 mil. Face à incerteza em relação aos valores definitivos, a administração da

Companhia optou apenas por divulgar o valor em nota explicativa, mantendo-o pendente de contabilização até que o valor efetivo seja discutido.

7. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada a Medida Provisória nº 14, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre os assuntos, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas distribuidoras e geradoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão. As informações detalhadas e os impactos sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações relativos ao Acordo Geral do Setor Elétrico estão divulgados na nota explicativa nº 26.

8. As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2001, apresentadas para fins de comparação foram examinadas por outros auditores independentes, os quais emitiram parecer em 10 de março de 2003, considerando o refazimento e reapresentação à Comissão de Valores Mobiliários - CVM daquelas demonstrações conforme indicado na nota explicativa nº 02. Referido parecer foi emitido contendo as seguintes ressalvas: (a) quanto à limitação da aplicação de procedimentos de auditoria mencionada no terceiro parágrafo; (b) quanto à limitação da aplicação de procedimentos de auditoria para exame do saldo da conta de “Depósitos Judiciais” no ativo realizável a longo prazo; (c) quanto à limitação da aplicação de procedimentos de auditoria para exame do saldo da conta de “Provisão para Contingências” no passivo exigível a longo prazo; (d) quanto à limitação da aplicação de procedimentos de auditoria para exame do saldo a pagar resultante da energia elétrica transacionada no Mercado Atacadista de Energia - MAE, em face de que os registros das operações foram realizados com base em dados preliminares e em função de que as informações internas existentes não possibilitaram à Companhia elaborar demonstrativos que confirmassem a exatidão dos valores registrados; (e) com relação ao registro de provisões para desvalorização sobre os créditos a receber do Governo do Estado de Santa Catarina e sobre os Investimentos Temporários mantidos na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan. Tendo em vista a implantação, durante o exercício de 2002, de controles que nos permitiram examinar os saldos das contas mencionadas em (b) e (c), a adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico, conforme mencionado no sétimo parágrafo, bem como a realização do crédito a receber do Governo do Estado de Santa Catarina conforme mencionado na nota explicativa nº 6.i e a pouca representatividade do valor da provisão para desvalorização calculado sobre o Investimento Temporário na Casan, as ressalvas citadas em (b), (c), (d) e (e) deixaram de ser requeridas. Referido parecer foi emitido, contendo, ainda, as seguintes ênfases: (f) quanto ao fato de que o parecer originalmente emitido em 14 de março de 2002 contemplava parágrafo de ênfase sobre a realização do crédito a receber do Governo do Estado de Santa Catarina, e que tal assunto que passou a ser tratado como ressalva, face ao registro de provisão para desvalorização mencionado em (e) quando do refazimento das demonstrações contábeis mencionado na nota explicativa nº 2; (g) quanto ao mesmo assunto descrito no quinto parágrafo; (h) quanto a discordância, por parte da Companhia, do reconhecimento de R\$22.543 mil relativos a Encargos de Serviços do Sistema referentes ao período de setembro a dezembro de 2000, apresentados provisoriamente pela ASMAE; (i) quanto ao fato de que a realização dos valores das contas a receber oriundas da recomposição tarifária derivada das variações de custos não gerenciáveis - Parcela A (CVA), estaria condicionada a aprovação da Medida Provisória nº 14 pelo Congresso Nacional, a liberação dos valores definitivos por parte do MAE e da homologação final e concessão de reajuste tarifário por parte da Aneel; e (j) manifestação da opinião quanto a adequação das informações suplementares contidas na demonstração do valor adicionado. Tendo em vista a adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico, conforme mencionado no sétimo parágrafo, as ênfases mencionadas em (h) e (i) não são mais requeridas.

Florianópolis (SC), 04 de Abril de 2003.

CRC SP 005.528/O-2 S/SC
José Boeing
Contador
CRC SC-017.676/O-4 T/PR S/SC
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, III e VII, do artigo 163, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis da Companhia, apresentadas sob o título “DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2002, elaboradas de acordo com o estabelecido nos capítulos XV e XVI do citado diploma legal, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstração dos Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001, complementadas por notas explicativas às DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e Relatório Anual da Administração, sendo de opinião que, exceto quanto à ressalva descrita no parágrafo 3 do parecer dos Auditores Independentes, tais demonstrativos foram elaborados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

Fundamentado no exame realizado e no parecer dos Auditores Independentes - Boucinhas & Campos Soteci Auditores Independentes, bem como nos esclarecimentos por eles prestados, considerando, também, os aspectos abordados e registrados em ata de reunião específica para apreciação do Balanço Patrimonial da Companhia, realizada em 09 de abril de 2003, o Conselho Fiscal é de parecer que as mencionadas demonstrações representam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e os resultados das suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 09 de abril de 2003.

Renaldo Ax

Youssef Ahmad Youssef

Amaro Lúcio da Silva

Satomi Iura

